
Falsificadores da história

(Resenha histórica)

Bureau Soviético de Informação

1948¹

No final de Janeiro [de 1948], o Departamento de Estado dos EUA, em colaboração com os ministérios dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha e da França, publicou uma colectânea de relatórios e diversas anotações dos diários do pessoal diplomático de Hitler, apresentando essa colectânea sob o misterioso título *As Relações Soviético-Nazis, 1939-1941*.²

Como se lê no prefácio a esta colectânea, logo no Verão de 1946, os governos dos EUA, da Grã-Bretanha e da França acordaram entre si publicar os documentos dos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, relativos ao período de entre 1918 e 1945, que haviam sido apreendidos pelas autoridades militares norte-americanas e britânicas. É de notar, no entanto, o facto de que, na colectânea publicada, figurarem apenas documentos relativos ao período entre 1939-1941. Os documentos dos anos anteriores, em particular do período de Munique, não constam na colectânea do Departamento de Estado, sendo assim ocultados à opinião pública mundial. Como é evidente isto não aconteceu por acaso, mas com propósitos que nada têm a ver com uma atitude objectiva e honesta para com a verdade histórica.

Para justificar de alguma maneira aos olhos da opinião pública a edição unilateral desta colectânea de notas de funcionários hitlerianos, não verificadas e seleccionadas arbitrariamente, a imprensa anglo-americana inventou a explicação de que, alegadamente, «os russos recusaram a proposta do Ocidente de publicar conjuntamente a relação completa dos materiais da diplomacia nazi».

Esta declaração dos meios anglo-americanos **não corresponde à realidade**.³

A realidade é a seguinte. No Verão de 1945, quando surgiram informações na imprensa estrangeira de que, na Inglaterra, se começara a preparar a edição de

¹ Traduzido da edição russa, *Фальсификаторы истории (Историческая справка)*, OGIZ, Gossudárstvennoe Izdatelstvo Politícheskoi Literaturi, Moscovo, 1948 (disponível em <http://militera.lib.ru/research/false/index.html>.) (N. Ed.)

² *Nazi-Soviet Relations, 1939-1941, Documents from the Archives of the German Foreign Office*, editado por Raymond James Sontag e James Stuart Beddie, publicação do Departamento de Estado, 1948 (disponível em <http://www.ibiblio.org/pha/nsr/nsr-preface.html>.) (N. Ed.)

³ Destacado a negro no original. (N. Ed.)

documentos confiscados na Alemanha, o governo soviético dirigiu-se ao governo britânico, solicitando com insistência que especialistas soviéticos participassem na análise conjunta dos documentos alemães levados pelas tropas anglo-americanas. O governo soviético declarou que a edição de tais documentos, sem comum acordo, era inadmissível, e que não assumiria qualquer responsabilidade pela sua publicação sem uma verificação prévia, minuciosa e objectiva, uma vez que, não sendo cumpridas estas condições elementares, tal publicação só poderia conduzir à deterioração das relações entre os estados membros da coligação anti-hitleriana. Todavia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha **declinou a proposta soviética**, alegando que a questão de trocar cópias dos documentos nazis, colocada pelo governo soviético, era prematura.

É também conhecido que a delegação americana no Directório Político do Conselho de Controlo na Alemanha⁴ apresentou, em 6 de Setembro de 1945, um projecto de directiva sobre o manuseamento dos arquivos e documentos alemães.

Este projecto preconizava o estabelecimento de um regulamento único para a recolha e conservação dos arquivos em toda a Alemanha, bem como o direito de acesso aos representantes dos estados membros da Organização das Nações Unidas. Também previa a possibilidade de os documentos serem copiados e publicados. Esta proposta foi analisada em quatro reuniões do Directório Político, mas foi suspensa a pedido dos britânicos e americanos, com o pretexto de que aguardavam instruções. Posteriormente, depois de o representante norte-americano ter declarado que o governo dos EUA estava a preparar uma nova proposta e pedia que o projecto apresentado fosse considerado nulo, o assunto foi retirado da ordem do dia do Directório Político.

Deste modo, a afirmação de que, alegadamente, o governo soviético se recusou a participar na preparação da publicação dos documentos dos arquivos alemães é **falsa**.

Em simultâneo com a publicação da colectânea atrás referida nos EUA e nos países seus dependentes, como que por efeito de uma varinha mágica, levantou-se uma nova vaga persecutória e uma desenfreada campanha de calúnias a propósito do pacto de não agressão, assinado entre a URSS e a Alemanha em 1939, alegadamente contra as potências ocidentais.

Deste modo, não oferece quaisquer dúvidas qual foi o verdadeiro objectivo da publicação da colectânea nos EUA sobre as relações entre a URSS e a Alemanha entre 1939 e 1941. O objectivo não era apresentar uma exposição objectiva dos acontecimentos históricos, mas distorcer o quadro real, caluniar a União Soviética,

⁴ O Conselho de Controlo na Alemanha, também conhecido como Conselho de Controlo Aliado ou Autoridade de Controlo Aliado (em alemão *Alliierter Kontrollrat*), era constituído por um Comité de Coordenação, com representantes da União Soviética, EUA e Grã-Bretanha e mais tarde da França, ao qual se subordinavam vários «directórios» ou secções que desempenhavam o papel de ministérios. Entrou em funções em 20 de Julho de 1945, pouco depois de se ter iniciado a Conferência de Potsdam (17 Julho - 2 de Agosto de 1945), e só foi extinto formalmente com a unificação da Alemanha em 1990. No entanto, logo em Março de 1948, em protesto contra decisões das potências ocidentais que levariam à divisão da Alemanha, a URSS deixou de participar nas reuniões deste órgão, que deu lugar, nas zonas ocidentais, à Alta Comissão Aliada, com representantes dos EUA, Grã-Bretanha e França. (N. Ed.)

difamá-la e enfraquecer o seu prestígio internacional, como lutadora firme e genuinamente democrática contra as forças agressivas e antidemocráticas.

Esta atitude desleal corresponde à concepção do carácter das relações entre aliados, típica dos meios dirigentes dos países anglo-saxónicos, ou seja, em vez de relações honestas e sinceras, de confiança mútua e apoio, adopta-se uma política de enfraquecimento do seu aliado, que deita mão a quaisquer meios, incluindo a calúnia, para utilizá-lo no seu interesse estrito e reforçar a sua própria posição à custa dele.

Não se pode perder de vista que os círculos dirigentes dos EUA, com a sua campanha caluniadora contra a URSS, visam também minar o prestígio dos elementos progressistas no seu país, que defendem a melhoria das relações com a URSS. Este ataque aos elementos progressistas dos EUA visa, além do mais, enfraquecer a sua influência, tendo em vista as próximas eleições presidenciais que se realizam no Outono de 1948.

A colectânea está pejada de documentos fabricados pelos funcionários hitlerianos nos labirintos das chancelarias diplomáticas alemãs. Esta circunstância bastaria para prevenir contra a utilização e publicação unilateral dos documentos, que se caracterizam pela sua parcialidade e tendenciosidade, expondo os acontecimentos a partir da perspectiva do governo hitleriano, com vista a apresentá-los de modo favorável aos hitlerianos. Foi precisamente por isso que o governo soviético se opôs na altura à publicação unilateral dos documentos alemães confiscados, sem que previamente fossem sujeitos a uma verificação exaustiva conjunta. Mesmo a agência governamental francesa *France Press* teve de reconhecer que o modo como os documentos foram publicados pelos três governos, sem o conhecimento da União Soviética, «*não se coaduna com o normal procedimento diplomático*».

Todavia, o governo britânico não concordou com a posição do governo soviético. Não hesitando em falsificar a história, os governos norte-americano, britânico e francês decidiram publicar unilateralmente os documentos alemães com a intenção de caluniar a União Soviética, que carregou nos seus ombros o principal peso da luta contra a agressão hitleriana.

A responsabilidade pelas consequências deste acto unilateral recai assim inteiramente sobre estes governos.

Perante tal situação, o governo soviético sente-se no direito de, por sua vez, publicar os documentos secretos que chegaram às suas mãos sobre as relações entre a Alemanha de Hitler e os governos da Grã-Bretanha, França e EUA. Estes governos **ocultaram** estes documentos e não desejam publicá-los. No entanto, em face do ocorrido, consideramos que devemos torná-los públicos de modo a restabelecer a verdade histórica.

A publicação da importante documentação confiscada pelas tropas soviéticas no momento da derrota da Alemanha de Hitler ajudará a esclarecer o processo de preparação e desenvolvimento da agressão hitleriana e da II Guerra Mundial.

Este é também o objectivo da presente resenha histórica *Os Falsificadores da História*.

Os documentos secretos relacionados com este assunto serão em breve publicados.

I

Como começou a preparação da agressão alemã

Os falsificadores norte-americanos e os seus cúmplices ingleses e franceses tentam criar a impressão de que, alegadamente, a preparação da agressão alemã, que desembocou na II Guerra Mundial, começou no Outono de 1939. Mas haverá alguém nos nossos dias, à excepção de pessoas totalmente ingénuas prontas a acreditar em qualquer falsidade sensacionalista, que possa morder este anzol? Haverá quem não saiba que a Alemanha começou a preparação da guerra logo após a chegada de Hitler ao poder? Haverá quem não saiba que o regime hitleriano foi criado pelos círculos monopolistas alemães com a total aprovação dos círculos governantes da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos?

Para se preparar para a guerra e munir-se de armamento moderno, a Alemanha precisava de recuperar e desenvolver a sua indústria pesada, sobretudo a metalurgia e a indústria militar do Ruhr. Depois da derrota na primeira guerra imperialista, estando sob o jugo do Tratado de Versalhes, a Alemanha não tinha forças para o fazer num curto prazo. O poderoso apoio prestado pelos Estados Unidos da América ao imperialismo alemão teve aqui um papel decisivo.

Haverá quem não saiba que os bancos e *trusts* norte-americanos, agindo em pleno acordo com o governo, investiram na economia alemã e concederam créditos à Alemanha na ordem dos milhares de milhões de dólares, que se destinaram à reconstrução e desenvolvimento do potencial da sua indústria militar?

É sabido que o período posterior a Versalhes ficou marcado por todo um conjunto de medidas orientadas para a reconstrução da indústria pesada alemã, em particular do seu potencial industrial-militar. O plano Dawes, sobre as reparações de guerra,⁵ com a ajuda do qual os EUA e a Grã-Bretanha contavam colocar a indústria germânica na dependência dos monopólios norte-americanos e britânicos, desempenhou aqui um enorme papel. O plano Dawes abriu caminho a um intenso fluxo e à implantação de capitais estrangeiros, sobretudo americanos, na indústria germânica. Em resultado, logo em 1925, a economia alemã começou recuperar graças a um processo intensivo de reequipamento do aparelho produtivo. Ao mesmo tempo, as exportações alemãs cresceram fortemente, atingindo em 1927 o nível de 1913, sendo que nos produtos manufacturados aquele nível foi superado em 12 por cento (a preços de 1913). Em seis anos, entre 1924 e 1929, o afluxo de capitais estrangeiros cifrou-se entre dez mil milhões e 15 mil milhões de marcos, em investimentos a longo prazo, e em mais de seis mil milhões de marcos de investimentos a curto prazo. Mas segundo algumas fontes, o volume de capitais investidos foi significativamente maior. Isto conduziu a um enorme aumento do potencial económico e, em particular, militar da Alemanha. Os capitais norte-americanos desempenharam aqui o papel principal, constituindo pelo menos 70 por cento de todos os empréstimos a longo prazo.

É bem conhecido o papel que desempenharam os monopólios industriais norte-americanos, controlados pelas famílias Du Pont, Morgan, Rockefeller, Lamont e outros magnatas dos EUA, no financiamento da indústria pesada alemã e na

⁵ O plano Dawes (1924), que sucedeu ao leonino Tratado de Versalhes (1919), foi concebido por um grupo de financeiros dirigido pelo norte-americano Charles Gates Dawes (1865-1951), por iniciativa dos governos norte-americano e britânico. (*N. Ed.*)

criação e alargamento de estreitas ligações entre as indústrias de ambos os países. Os maiores monopólios norte-americanos ficaram estreitamente ligados não só à indústria pesada, mas também aos consórcios militares e à banca.

A *Dupont de Nemours*, a principal corporação química norte-americana, e um dos maiores accionistas do *trust* automobilístico *General Motors*, e a inglesa *British Imperial Chemical* mantinham estreitas relações industriais com o consórcio químico alemão *I. G. Farbenindustrie*, com o qual concluíram em 1926 um acordo de cartel para a partilha do mercado mundial da pólvora. O presidente da administração da *Rohm & Haas*, sediada em Filadélfia (EUA), foi até ao eclodir da guerra parceiro do responsável da filial desta companhia em Darmstadt (Alemanha). Note-se, a propósito, que Rudolf Mueller, ex-director dessa companhia, desenvolve agora a sua actividade na Bizona⁶ e tem um papel proeminente nos círculos dirigentes da União Democrata-Cristã (*CDU*). No período entre 1931 e 1939, o capitalista alemão Schmitz, presidente da *I.G. Farbenindustrie* e membro do conselho de direcção do *Deutsche Bank*, controlou a empresa americana *General Dyestuffs Corporation*. Depois da conferência de Munique (1938), a *American Standard Oil* assinou um contrato com a *I.G. Farbenindustrie*, segundo o qual esta última receberia uma parte dos lucros da produção de gasolina para aviação nos EUA, em troca de renunciar à exportação de gasolina sintética,⁷ combustível de que a Alemanha estava a constituir reservas para fins militares.

Tais ligações não eram exclusivas dos monopólios capitalistas norte-americanos. Estreitas relações económicas, não meramente comerciais mas também com importância militar, existiam, por exemplo, entre a Federação das Indústrias Britânicas e a Associação das Indústrias Alemãs do Reich. Em 1939, representantes destas duas associações monopolistas divulgaram uma declaração conjunta em Dusseldorf, em que se afirmavam, entre outros, que o objectivo do acordo era «assegurar a cooperação mais plena possível entre as indústrias dos seus países». Isto aconteceu na altura em que a Alemanha nazi tinha arrebatado a Checoslováquia! Não surpreende que a este propósito a revista londrina *The Economist* tenha escrito: «Haverá algo no ar de Dusseldorf que faça as pessoas sensatas perder o juízo?»⁸

Um exemplo característico do entrelaçamento dos capitais alemães e norte-americanos, bem como britânicos, constitui o caso do *Banco Schröder*, que tinha sedes em Nova Iorque e Londres, no qual assumia um papel dirigente o *trust* siderúrgico alemão *Vereinigt Stahlwerke A. G.*, fundado por Stinnes, Thyssen e outros magnatas industriais do Ruhr. Allen Dulles, director da *J. Henry Schröder Banking Corporation*, em Nova Iorque, que representava os interesses do *Schröder* em Londres, Colónia e Hamburgo, teve um papel destacado neste banco. Um papel central na sucursal do *Banco Schröder* em Nova Iorque foi ainda desempenhado pela conhecida firma de advogados *Sullivan & Cromwell*, dirigida por John Foster Dulles, actual conselheiro principal do sr. Marshall, e estreitamente ligado à

⁶ A Bizona foi a designação dada ao território alemão ocupado pelas tropas norte-americanas e britânicas, no qual foi fundada em 1949 a República Federal Alemã. (*N. Ed.*)

⁷ A gasolina sintética, obtida do carvão através de processos químicos, começou a ser produzida na Alemanha numa escala industrial para suprir as dificuldades de abastecimento de petróleo num cenário de guerra. (*N. Ed.*)

⁸ Corwin D. Edwards, *Economic and Political Aspects of International Cartels*, 1944.

Standard Oil, o *trust* petrolífero mundial de Rockefeller, assim como com o *Chase National*, o maior banco da América do Norte, que realizou enormes investimentos na indústria alemã.

No livro de Richard Sasuly, publicado em Nova Iorque em 1947, sublinha-se que, no período pós-Versalhes, assim que foi travada a inflação e se fortaleceu o marco, os empréstimos estrangeiros jorraram literalmente para a Alemanha. Entre 1924 e 1930, a dívida externa alemã aumentou em mais de 30 mil milhões de marcos.

Com a ajuda do capital estrangeiro, sobretudo norte-americano, a indústria alemã, em particular a *Vereinigte Stahlwerke A. G.*, foi amplamente reconstruída e modernizada. Alguns empréstimos foram concedidos directamente às empresas com importância crucial para o rearmamento.⁹

Juntamente com o banco anglo-germânico-americano *Schröder*, o financiamento do *trust* siderúrgico *Vereinigte Stahlwerke A.G.* foi assegurado neste período pelo *Dillon, Read & Co.*, um dos maiores bancos de Nova Iorque, que durante uma série de anos contou, entre os seus directores, com o actual secretário da Defesa, Forrestal¹⁰ [James Vincent (1892-1949)].

Foi esta chuva de ouro, de dólares americanos, que fertilizou a indústria pesada da Alemanha de Hitler, em particular, a indústria militar. Foram os milhares de milhões de dólares americanos, investidos pelos monopólios transoceânicos na economia militar da Alemanha de Hitler, que reconstituíram o potencial bélico alemão e colocaram nas mãos do regime hitleriano as armas necessárias para a agressão.

Num curto prazo, com o apoio financeiro sobretudo dos monopólios americanos, a Alemanha reconstituiu uma poderosa indústria militar capaz de produzir em grandes quantidades armamento de primeira categoria, muitos milhares de tanques, aviões, peças de artilharia, os mais modernos navios de guerra e outros tipos de armamento.

Os falsificadores pretendiam esquecer tudo isto, visando apagar as responsabilidades da política que armou a agressão nazi, desencadeou a II Guerra Mundial e conduziu a uma catástrofe militar inaudita na história da humanidade, que custou muitos milhões de vítimas.

Deste modo, não se pode esquecer que a primeira e mais importante premissa da agressão hitleriana foi a reconstituição e renovação da indústria pesada e militar da Alemanha, o que só foi possível mediante o apoio financeiro directo e amplo dos meios dirigentes dos Estados Unidos da América.

Mas isto não é tudo.

Outro factor decisivo que contribuiu para o desencadeamento da agressão nazi foi a política dos círculos dirigentes da Grã-Bretanha e da França, que ficou conhecida como a política de «apaziguamento» da Alemanha de Hitler, a política de rejeição da segurança colectiva. Agora deve ser claro para todos que foi precisamente esta política dos círculos dirigentes anglo-franceses, traduzida na rejeição da segurança colectiva, na sua recusa em responder à agressão alemã, na

⁹ Richard Sasuly, *I. G. Farben*, Boni and Gaer, Nova Iorque, 1947, p. 80.

¹⁰ *Stock Exchange Year Book*, Londres, 1925; *Who's Who in America*; *Who's Who in Finance, Banking and Insurance*; *Moody's Manual of Railroads and Corporation Securities*; *Poor's Manual*, 1924-1939.

indulgência face às exigências agressivas da Alemanha de Hitler, que conduziu à II Guerra Mundial.

Passemos aos factos.

Em 1933, logo após a chegada de Hitler ao poder, em resultado dos esforços dos governos britânico e francês, foi assinado em Roma o «Pacto do Consenso e Cooperação» das quatro potências: Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália. Este pacto significou o conluio dos governos britânico e francês com o fascismo alemão e italiano, que já na altura não escondiam as suas intenções agressivas. Além disso, este pacto com os estados fascistas representava a rejeição da política de consolidação de uma frente única dos estados amantes da paz contra os estados agressivos. Conluindo-se com a Alemanha e a Itália, à margem das outras potências – que nessa altura participavam na conferência sobre desarmamento discutindo a proposta soviética para a conclusão de um pacto de não agressão e de um outro sobre a definição do agressor – a Grã-Bretanha e a França assestaram um golpe à causa da paz e da segurança dos povos.

Na sequência disto, em 1934, a Grã-Bretanha e a França ajudaram Hitler a aproveitar a hostilidade da Polónia dos *pans*, deles aliada, em relação à URSS, tendo sido assinado o pacto de não agressão germano-polaco, que constituiu uma importante etapa na preparação da agressão alemã. Hitler precisava deste pacto para desorganizar as fileiras dos partidários da segurança colectiva e demonstrar com este exemplo que a Europa precisava não de uma segurança colectiva, mas de acordos bilaterais. Isto permitia ao agressor alemão decidir com quem e quando assinaria acordos e contra quem e quando desencadearia o ataque. O pacto germano-polaco representou, indubitavelmente, a primeira brecha importante no edifício da segurança colectiva.

Mostrando-se mais ousado, Hitler tomou abertamente uma série de medidas para a reconstituição das forças armadas da Alemanha, o que não suscitou qualquer oposição da parte dos governantes britânicos e franceses. Pelo contrário, pouco depois, em 1935, Ribbentrop deslocou-se a Londres para assinar um acordo com a Grã-Bretanha, por força do qual esta concordava com a reconstituição das forças armadas navais germânicas com uma capacidade quase igual à da marinha de guerra francesa. Além disso, Hitler obteve o direito de construir submarinos com uma tonelagem global equivalente a 45 por cento da frota submarina britânica. Neste período, a Alemanha de Hitler empreendeu acções unilaterais destinadas a eliminar todas as outras restrições ao crescimento das suas forças armadas, estabelecidas no Tratado de Versalhes, não encontrando da parte da Grã-Bretanha, da França e dos EUA qualquer oposição.

O apetite dos agressores fascistas aumentava de dia para dia com a manifesta conivência dos EUA, da Grã-Bretanha e da França. Não foi decerto um acaso que nesta altura as intervenções militares da Alemanha e da Itália, em Espanha e na Abissínia, tenham ficado impunes.

Só a União Soviética seguiu firme e conseqüentemente a sua política de paz, defendendo os princípios da igualdade de direitos e da independência da Abissínia, que ademais era membro da Liga das Nações, e o legítimo direito do governo republicano de Espanha a receber apoio dos países democráticos contra a intervenção germano-italiana.

Na Sessão do Comité Executivo Central da URSS, de 10 de Janeiro de 1936, a propósito do ataque da Itália à Abissínia, V.M. Mólotov afirmou:

«A União Soviética demonstrou na Liga das Nações a sua fidelidade ao princípio da independência nacional e igualdade de direitos de todos os estados, tomando como exemplo um dos mais pequenos países - a Abissínia. A União Soviética também aproveitou a sua participação na Liga das Nações para pôr em prática a sua política em relação ao agressor imperialista.»

V.M. Mólotov afirmou ainda:

«A guerra na Abissínia mostra que a ameaça de uma guerra mundial aumenta cada vez mais e domina cada vez mais a Europa.»¹¹

E que faziam nesta altura os governos dos EUA, da Grã-Bretanha e da França, à vista dos quais os bandidos fascistas, cada vez mais descaradamente, davam cabo das suas vítimas? Não levantaram um dedo, não se mexeram para refrear os agressores alemães e italianos, para defender os direitos espezinhados dos povos, para salvaguardar a paz e deter a aproximação da II Guerra Mundial.

Só a União Soviética fez tudo o que era possível para barrar o caminho ao agressor fascista. Foi a URSS que tomou a iniciativa e defendeu a segurança colectiva. Logo em 6 de Fevereiro de 1933, o representante soviético na Comissão Geral para o Desarmamento, M.M. Litvínov, propôs a adopção de uma declaração que definisse a agressão e o agressor. No interesse da segurança universal e para facilitar um acordo sobre a redução máxima dos armamentos, a União Soviética considerou necessário definir com a maior precisão possível o conceito de «**agressão**», de modo a «*prevenir qualquer pretexto que o pudesse justificar*». Todavia, esta proposta foi rejeitada pela conferência, que agiu sob a batuta da Grã-Bretanha e da França, em benefício da agressão alemã.

É do conhecimento geral que a União Soviética e a sua delegação na Liga das Nações, presidida por M.M. Litvínov, travaram uma firme e prolongada luta pela manutenção e reforço da segurança colectiva. Durante todo o período que antecedeu a guerra, a delegação soviética na Liga das Nações defendeu o princípio da segurança colectiva, levantando a sua voz em defesa deste princípio em praticamente todas as sessões da assembleia e em quase todas as reuniões das comissões. Porém, como é sabido, a delegação soviética foi uma voz a clamar no deserto. São conhecidas no mundo inteiro as propostas para reforçar a segurança colectiva, enviadas pela delegação soviética, por incumbência do governo da URSS, em 30 de Agosto de 1936, ao secretário-geral da Liga das Nações, sr. Avenol, solicitando que fossem discutidas. É também sabido que estas propostas foram sepultadas nos arquivos da Liga das Nações sem merecerem qualquer atenção.

Era evidente que a Grã-Bretanha e a França, que então controlavam a Liga das Nações, renunciavam à resistência colectiva frente à agressão alemã. Renunciavam à segurança colectiva porque esta impedia-os de seguir a sua nova política de «apaziguamento», a política de cedências à agressão hitleriana. Naturalmente que

¹¹ V.M. Mólotov, Artigos e Discursos, 1935-1936, Partizdat, Moscovo, 1937, p. 176. [Em russo (N. Ed.)]

esta política não podia senão provocar a intensificação da agressão alemã, mas os círculos dirigentes britânicos e franceses não viam perigo nisto, pensando que fazendo cedências à agressão de Hitler no Ocidente, seria possível orientá-la depois para Leste e utilizá-la como arma contra a URSS.

No seu relatório ao XVIII Congresso do PCU(b), em Março de 1939, analisando as razões da intensificação da agressão hitleriana, I.V. Stáline afirmou:

*«A principal razão reside na rejeição por parte da maioria dos países não agressivos, e antes de mais, da Inglaterra e da França, da política de segurança colectiva, da política de resistência colectiva ao agressor, na sua passagem para uma posição de não ingerência, uma posição de “neutralidade”».*¹²

O correspondente norte-americano, Neal Stanford, com o propósito de confundir os leitores e ao mesmo tempo caluniar o governo soviético, escreveu que este se opunha à segurança colectiva e que M.M. Litvínov foi afastado do cargo de Comissário do Povo dos Negócios Estrangeiros e substituído por V.M. Mólotov porque seguia uma política de reforço da segurança colectiva. É difícil imaginar algo tão estúpido quanto esta fantasiosa afirmação. É óbvio que Litvínov não seguia a sua política pessoal, mas a política do governo soviético. Por outro lado é amplamente conhecida a luta do governo soviético e dos seus representantes, incluindo o próprio Litvínov, pela segurança colectiva ao longo de todo o período que antecedeu a guerra.

No que respeita à nomeação de V.M. Mólotov para o cargo de Comissário do Povo dos Negócios Estrangeiros, é totalmente claro que, naquela situação tão complexa, em que os agressores fascistas preparavam a II Guerra Mundial com a conivência directa da Grã-Bretanha e da França que, sentindo as costas quentes pelos EUA, incitavam os agressores a desencadear a guerra contra a URSS, era necessário colocar naquele cargo tão responsável um dirigente com mais experiência e mais popularidade no país que Litvínov.

A rejeição por parte das potências ocidentais de um pacto de segurança colectiva não foi acidental. Neste período havia uma luta aberta entre duas linhas da política internacional. Uma era a linha da luta pela paz, pela organização da segurança colectiva e de resistência à agressão mediante a união de esforços dos povos amantes da paz. Esta linha foi seguida firme e consequentemente pela União Soviética, defendendo os interesses de todos os povos amantes da paz, grandes e pequenos. A outra era a linha que rejeitava a organização da segurança colectiva, a resistência à agressão, o que inevitavelmente alentou os países fascistas a intensificar a sua actividade agressiva e desse modo contribuiu para o desencadeamento de uma nova guerra.

A verdade histórica, como tudo isto demonstra, é que a agressão de Hitler tornou-se possível, em primeiro lugar, porque os EUA ajudaram os alemães a criar num curto prazo a base económica-militar para a agressão alemã e deste modo armaram esta agressão, e, em segundo lugar, porque a rejeição da segurança colectiva por parte dos círculos dirigentes da Grã-Bretanha e da França

¹² I.V. Stáline, Relatório ao XVIII Congresso do PCU(b), em Março de 1939, *Obras* (em russo), Izadátelstvo Pissátel, Moscovo, 1997, t. 14, p. 297 (*N. Ed.*)

desorganizou as fileiras dos países amantes da paz, decompôs a frente única destes países contra a agressão, abriu caminho à agressão alemã e ajudou Hitler a desencadear a II Guerra Mundial.

Que teria acontecido se os Estados Unidos não tivessem financiado a indústria pesada da Alemanha de Hitler e a Grã-Bretanha e a França não tivessem rejeitado a segurança colectiva, mas pelo contrário, tivessem organizado juntamente com a União Soviética a resistência colectiva à agressão alemã?

A agressão alemã encontrar-se-ia sem armamento suficiente. A política anexionista debater-se-ia nas peias do regime de segurança colectiva. As possibilidades de os nazis desencadearem com êxito a II Guerra Mundial reduzir-se-iam ao mínimo. E se, apesar destas condições desfavoráveis, os nazis decidissem mesmo assim desencadear a II Guerra Mundial, teriam sido derrotados logo no primeiro ano do conflito.

Todavia, infelizmente, isto não aconteceu em resultado da política perniciosa seguida pelos EUA, Grã-Bretanha e França durante todo o período que antecedeu a guerra.

Eis os culpados de os nazis terem podido desencadear com êxito a II Guerra Mundial, que durou quase seis anos e provocou milhões de vítimas.

II

Política de isolamento da URSS, em vez de combate à agressão alemã

O desenvolvimento posterior dos acontecimentos mostrou ainda com mais clareza que as cedências da Grã-Bretanha e da França e a sua condescendência para com os estados fascistas, que se uniram em 1936 num bloco político-militar, conhecido como o Eixo Berlim-Roma, apenas animaram e impeliram a Alemanha no caminho da agressão.

Repudiando a política de segurança colectiva, a Grã-Bretanha e a França adoptaram a chamada posição de não ingerência, que foi assim definida por I.V. Stáline:

«(...) A política de não ingerência pode ser caracterizada do seguinte modo: "Cada país que se defenda dos agressores como quiser e puder, isso não é da nossa conta, nós faremos negócios tanto com os agressores como com as suas vítimas." Na realidade, porém, a política de não ingerência significa conivência com a agressão, desencadeamento da guerra e consequentemente a sua transformação em guerra mundial».¹³

Além disso, I.V. Stáline acrescentou:

«(...) O grande e perigoso jogo político, iniciado pelos partidários da política de não ingerência, pode acabar para eles num grande fracasso».¹⁴

¹³ I.V. Stáline, Relatório ao XVIII Congresso do PCU(b), op. cit., p. 297 (N. Ed.)

¹⁴ Idem, Ibidem, p. 299. (N. Ed.)

Logo em 1937 era absolutamente claro que se caminhava para uma grande guerra, projectada por Hitler com a conivência da Grã-Bretanha e da França.

Documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, capturados pelas tropas soviéticas após a derrota da Alemanha, revelam a verdadeira essência da política externa da Grã-Bretanha e da França naquele período. Como se depreende dos documentos, a essência da política anglo-francesa consistia não em unir as forças dos estados amantes da paz, mas em procurar isolar a URSS e dirigir para Leste a agressão alemã, contra a União Soviética, utilizando Hitler como arma para os seus fins.

Acresce que os governantes da Grã-Bretanha e da França conheciam perfeitamente a linha principal da política externa nazi, que foi definida por Hitler do seguinte modo:

*«Nós, os nacionais-socialistas, pomos fim deliberadamente à orientação da nossa política externa no período precedente à guerra.¹⁵ Nós começamos no ponto em que outros pararam há seis séculos atrás. Suspendemos a eterna ambição dos alemães pelo Sul e Oeste da Europa e dirigimos o nosso olhar para as terras a Leste. Rompemos, por fim, com a política colonial e comercial anterior à guerra e adoptamos a política territorial do futuro. Mas, quando hoje falamos, na Europa, de novas terras, só podemos pensar, em primeira linha, na Rússia e nos estados adjacentes que lhe estão subordinados. Parece que é o próprio destino a mostrar-nos a direcção».*¹⁶

Até recentemente era consensual considerar que toda a responsabilidade pela política de traição em Munique cabia aos círculos dirigentes da Grã-Bretanha e da França, aos governos de Chamberlain e Daladier. O facto de o governo norte-americano ter decidido agora publicar documentos dos arquivos alemães, excluindo todavia aqueles relacionados com o acordo de Munique, mostra que está interessado em branquear os heróis da traição de Munique e, ao mesmo tempo, lançar as culpas para cima da URSS.

O objectivo fundamental da política da Grã-Bretanha e da França em Munique já antes era suficientemente claro. Porém, os documentos dos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, na posse do governo soviético, fornecem numerosos factos adicionais que revelam o verdadeiro objectivo da diplomacia das potências ocidentais no período anterior à guerra, mostrando como jogaram com o destino dos povos, como negociaram descaradamente territórios alheios, como secretamente refizeram o mapa do mundo, como incentivaram a agressão e que esforços fizeram para dirigir essa agressão para Leste, contra a União Soviética.

Isto é testemunhado com eloquência, por exemplo, num documento alemão que transcreve a conversa entre Hitler e o ministro britânico Halifax, na presença de

¹⁵ Trata-se obviamente do período que antecedeu a I Guerra, dado que Hitler escreveu estas palavras no *Mein Kampf*, publicado em 1925 e 1926. (N. Ed.)

¹⁶ Hitler, *Mein Kampf*, Munique, 1936, p. 742.

von Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, que teve lugar em Obersalzberg, no dia 19 de Novembro de 1937. Halifax declarou que:

*«Ele [lord Halifax] e outros membros do governo britânico estão convencidos de que o Führer não só alcançou grandes resultados na Alemanha, mas, ao destruir o comunismo no seu país, barrou-lhe o caminho para a Europa ocidental e por isso a Alemanha pode considerar-se de pleno direito como o bastião da Europa contra o bolchevismo».*¹⁷

Halifax, falando em nome do primeiro-ministro britânico, Chamberlain, afirmou que existia a possibilidade de encontrar solução até mesmo para problemas complicados, desde que a Alemanha e a Grã-Bretanha conseguissem chegar a acordo também com a França e a Itália. E acrescentou:

*«Não deve haver a impressão de que o “Eixo Berlim-Roma” ou as boas relações entre Londres e Paris serão prejudicadas por uma aproximação entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Depois de se preparar o terreno, em resultado da aproximação britânico-germânica, as quatro grandes potências da Europa Ocidental¹⁸ devem conjuntamente lançar as bases para o estabelecimento de uma paz duradoura na Europa. Nenhuma das quatro potências deve em caso algum ficar de fora desta cooperação, de contrário não será posto um fim à actual situação de instabilidade.»*¹⁹

No entanto, Hitler respondeu a esta proposta declarando que um tal acordo lhe parecia muito fácil se houvesse boa vontade e relações de mútuo respeito, mas o assunto complicava-se se a Alemanha não fosse vista «como um Estado que deixara de ter o estigma moral ou material do Tratado de Versalhes»

Em resposta, segundo o documento, Halifax declarou:

«Os ingleses são realistas e, talvez mais que outros, estão convictos de que os erros do diktat de Versalhes devem ser corrigidos. Também no passado a Inglaterra sempre exerceu a sua influência a partir deste sentido realista. Referiu o papel da Inglaterra na evacuação da Renânia antes do prazo

¹⁷ «Registo da conversa do Führer e Reichskanzler com Lord Halifax, na presença do ministro do Reich dos Negócios Estrangeiros em Obersalzberg, 19 de Novembro de 1937», dos Arquivos do Ministério alemão dos Negócios Estrangeiros.

¹⁸ Ou seja, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e a Itália.

¹⁹ Registo citado.

*estabelecido, na solução da questão das reparações, bem como aquando da reocupação da Renânia*²⁰».²¹

Mais à frente na acta da conversa de Hitler com Halifax é patente que o governo britânico era favorável ao plano nazi de «aquisição» de Dantzig, da Áustria e da Checoslováquia. Depois de discutir com Hitler as questões do desarmamento e da Liga das Nações, Halifax declarou:

*«Todas as outras questões podem ser caracterizadas como respeitantes a mudanças na ordem europeia que, mais cedo ou mais tarde, provavelmente acontecerão. Dantzig, a Áustria e a Checoslováquia estão relacionadas com estas questões. A Inglaterra está apenas interessada em que estas mudanças se processem por via de uma evolução pacífica e que seja possível evitar métodos que possam causar futuras convulsões, que nem o Führer nem os outros países desejariam.»*²²

Como se constata, esta conversa não foi uma mera sondagem para perscrutar o interlocutor, o que por vezes na política é uma necessidade, mas um conluio, um acordo secreto entre o governo britânico e Hitler para satisfazer os apetites do último a expensas de países terceiros.

A este propósito deve-se referir a declaração do ministro britânico, John Simon, no parlamento, em 21 de Fevereiro de 1938, de que a Grã-Bretanha nunca tinha dado particulares garantias de independência à Áustria. Isto era uma manifesta mentira uma vez que tais garantias tinham sido dadas nos tratados de Versalhes e de Saint-Germain-en-Laye.

Na mesma altura, o primeiro-ministro britânico, Chamberlain, declarou que a Áustria não podia contar com qualquer protecção da parte da Liga das Nações.

*«Não devemos equivocar-nos e muito menos devemos enganar as nações pequenas e fracas dando-lhes esperanças de que terão a protecção da Liga das Nações contra uma agressão e que será possível agir em consequência, uma vez que sabemos que nada disso poderá ser feito.»*²³

Foi desta forma que os responsáveis políticos britânicos incentivaram Hitler a empreender acções anexionistas.

No arquivo confiscado em Berlim pelas tropas soviéticas existe também o registo da conversa entre Hitler e o embaixador britânico na Alemanha, Neville

²⁰ A ocupação ou remilitarização da Renânia iniciou-se em de 7 de Março de 1936, com a entrada de unidades da *Wermacht* nesta região da Alemanha, desmilitarizada por imposição do Tratado de Versalhes. (N. Ed.)

²¹ Registo citado.

²² Idem, ibidem.

²³ *The Times*, 23 de Fevereiro de 1938, p. 8.

Henderson, que teve lugar em 3 de Março de 1938, na presença de Ribbentrop.²⁴ Logo no início Henderson sublinhou o carácter confidencial da conversa, precisando que o seu conteúdo não seria dado a conhecer aos franceses, belgas, portugueses ou italianos, aos quais apenas seria dito que a conversa se inseriu na continuação das negociações entre Halifax e Hitler sobre questões respeitantes à Alemanha e à Inglaterra.

Falando em nome do governo britânico, Henderson referiu:

*«Não se trata de um acordo comercial, mas de uma tentativa de estabelecer as bases de uma amizade autêntica e cordial com a Alemanha, começando com a melhoria da atmosfera e acabando na criação de um novo espírito de entendimento amigável.»*²⁵

Não se opondo à exigência de Hitler de «*unir a Europa sem a Rússia*», Henderson lembrou que Halifax, que nessa altura se tinha tornado ministro dos Negócios Estrangeiros, já tinha concordado com as alterações territoriais que a Alemanha tencionava efectuar na Europa, e que «*o objectivo da proposta inglesa era participar nesse ajustamento razoável*».

Nesta conversa, segundo a transcrição, Henderson declarou que Chamberlain «*demonstrou grande coragem quando, sem olhar a nada, desmascarou a fraseologia internacional, como a segurança colectiva, etc. (...)*».

Por isso, acrescentou Henderson, «*a Inglaterra declara a sua disposição para eliminar todas as dificuldades e pergunta à Alemanha se, da sua parte, está preparada para fazer o mesmo*».²⁶

Quando Ribbentrop interveio na conversa para lembrar a Henderson que o embaixador britânico em Viena tinha feito uma declaração num tom «dramático» a von Papen a propósito dos acontecimentos na Áustria, Henderson apressou-se a demarcar-se da declaração do seu colega, afirmando que «*ele próprio, se tinha pronunciado várias vezes a favor da Anschluss [anexação]*».

Era esta a linguagem da diplomacia britânica no período anterior à guerra.

Na sequência deste acordo, Hitler anexou a Áustria logo em 12 de Março de 1938, sem qualquer reacção da Grã-Bretanha e da França. Nesse momento apenas a União Soviética levantou a sua voz de advertência e de novo apelou à organização de uma defesa colectiva dos países cuja independência era ameaçada pela agressão. Logo em 17 de Março de 1938, o governo soviético enviou uma nota às restantes potências, manifestando a sua disponibilidade para «*iniciar imediatamente com as outras potências, dentro ou fora da Liga das Nações, a discussão de medidas práticas*», que «*tenham como fim deter o desenvolvimento futuro da agressão e eliminar o perigo crescente de uma nova guerra mundial.*»²⁷ A resposta do

²⁴ «Registo da conversa do Führer e Reichskanzler com o embaixador britânico de Sua Majestade, na presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, von Ribbentrop, que teve lugar em 3 de Março de 1938, em Berlim», dos arquivos do Ministério alemão dos Negócios Estrangeiros.

²⁵ Idem, ibidem.

²⁶ Idem, ibidem.

²⁷ *Izvéstia*, 18 de Março de 1938.

governo britânico à nota soviética testemunhou a sua falta de vontade de criar obstáculos aos planos da agressão nazi. Afirmava que a conferência para a adopção de «*acções concertadas contra a agressão, na opinião do governo de Sua Majestade, não teria necessariamente um efeito favorável nas perspectivas da paz na Europa*».²⁸

O elo seguinte na cadeia da agressão alemã e da preparação da guerra na Europa foi a anexação da Checoslováquia. Este importantíssimo passo para o desencadeamento da guerra na Europa só pôde ter sido concretizado por Hitler com o apoio directo da Grã-Bretanha e da França.

Logo em 10 de Julho de 1938, Dirksen, o embaixador alemão em Londres, informou Berlim de que o governo britânico «*fez da busca de um compromisso com a Alemanha um dos pontos essenciais do seu programa*» e que «*este governo revela uma tal compreensão máxima em relação à Alemanha, que nenhuma outra combinação possível de políticos ingleses poderia superar*».²⁹

Dirksen escreveu que o governo britânico «*se aproximou da compreensão dos pontos mais essenciais das principais exigências apresentadas pela Alemanha em relação ao afastamento da União Soviética das decisões sobre os destinos da Europa, do afastamento da Liga das Nações no mesmo sentido e da conveniência das conversações e acordos bilaterais*».

Dirksen também informou Berlim de que o governo britânico estava disposto a fazer grandes sacrifícios para «*satisfazer outras justas exigências da Alemanha*».

Deste modo, o governo britânico e Hitler estabeleceram efectivamente um acordo de grande alcance sobre planos de política externa, como Dirksen tão expressivamente comunicou a Berlim no seu relatório.

Não é necessário lembrar os factos amplamente conhecidos relacionados com o acordo de Munique. Mas não se pode esquecer que, em 19 de Setembro de 1938, ou seja, passados quatro dias do encontro de Hitler com Chamberlain, que viajou de avião com este fim até à residência do Führer em Berchtesgaden, os representantes dos governos britânico e francês exigiram que o governo checoslovaco cedesse à Alemanha as regiões do seu território povoadas maioritariamente por alemães sudetas. Alegaram que sem isso não seria possível preservar a paz e garantir os interesses vitais da Checoslováquia. Os protectores britânicos e franceses da agressão hitleriana tentaram esconder a sua traição com a promessa de uma garantia internacional das novas fronteiras do Estado checoslovaco, a título da sua «*contribuição para o apaziguamento da Europa*».³⁰

Em 20 de Setembro, o governo checoslovaco respondeu à proposta anglo-francesa. Declarou que «*aceitar uma proposta deste carácter equivaleria a estropear total e voluntariamente o Estado em todos os sentidos*». O governo da Checoslováquia chamou a atenção dos governos britânico e francês para o facto de que «*a paralisia da Checoslováquia teria como resultado profundas mudanças políticas em toda a Europa Central e do Sudeste*».

²⁸ Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha de 24 de Março de 1938.

²⁹ *Correspondence respecting Czechoslovakia*, Setembro de 1938, Londres, 1938», ctd 5817, pp. 8-9. (Correspondência relativa à Checoslováquia, Londres, Setembro de 1938).

³⁰ «Relatório Político, de 10 de Julho de 1933, apenso ao relatório n.º 2589, de 10 de Junho de 1938», dos Arquivos do Ministério alemão dos Negócios Estrangeiros.

O governo checoslovaco declarou:

«O equilíbrio de forças na Europa Central e na Europa em geral seria destruído; isso traria consequências com grande repercussão para todos os restantes estados, em particular para a França».

O governo checoslovaco dirigiu aos governos da Grã-Bretanha e da França *«um último apelo»* para que reconsiderassem a sua posição, sublinhando que isso corresponderia não só ao interesse da Checoslováquia, como de todos os seus amigos e também da *«causa da paz e do desenvolvimento harmonioso da Europa»*.

Mas os dirigentes britânicos e franceses mantiveram-se inflexíveis. No dia seguinte, o governo britânico enviou uma nota ao governo checoslovaco, sugerindo-lhe que retirasse a sua resposta às propostas iniciais anglo-francesas e *«ponderasse depressa e seriamente»* antes criar uma situação pela qual o governo britânico não poderia responsabilizar-se. Sublinhando que não acreditava que a proposta checoslovaca de arbitragem fosse aceitável, o governo britânico recusava-se a admitir que *«o governo alemão considere a situação susceptível de ser resolvida pela arbitragem, como propõe o governo checoslovaco»*.

A nota finalizava em tom de ameaça, advertindo o governo checoslovaco de que, caso recusasse o conselho, o governo britânico *«será livre de tomar todas as medidas que considerar adequadas à situação que vier a ser criada»*.

A reunião entre Hitler, Chamberlain, Mussolini e Daladier, realizada em Munique, nos dias 29 e 30 de Setembro de 1938, foi a consumação do vergonhoso pacto, que foi inteiramente concertado entre os principais participantes na conspiração contra a paz. O destino da Checoslováquia foi decidido sem qualquer participação sua. Os representantes checos foram convidados a Munique apenas para aguardarem passivamente os resultados do pacto entre os imperialistas.

Toda a conduta da Inglaterra e da França não deixam dúvidas de que o seu inaudito acto de traição ao povo e à República da Checoslováquia não era um episódio ocasional na política destes estados, antes constituía o elo principal dessa política, que visava dirigir a agressão nazi contra a União Soviética.

O verdadeiro significado da conspiração de Munique foi então desvendado por I.V. Stáline, ao notar que *«a entrega das regiões da Checoslováquia aos alemães foi o preço pela obrigação que estes assumiram de começarem a guerra atacando a União Soviética»*.³¹

A essência da política dos círculos dirigentes anglo-franceses durante este período foi revelada por I.V. Stáline, no XVIII Congresso do PCU(b), em Março de 1939, com as seguintes palavras:

«A política de não ingerência significa conivência com a agressão, com o desencadeamento da guerra e, por conseguinte, com a sua transformação em guerra mundial. Na política de não ingerência transparece o propósito, o desejo de não impedir o agressor de criar a sua obra maléfica, não

³¹ I.V. Stáline, Relatório ao XVIII Congresso do PCU(b), op. cit., p. 299. (N. Ed.)

impedir, digamos, o Japão de se envolver numa guerra contra a China, ou melhor ainda contra a União Soviética, não impedir, digamos, a Alemanha de se atolar nos assuntos europeus, de se envolver numa guerra contra a União Soviética, deixar que todos os beligerantes se atolem profundamente no pântano da guerra, instigá-los pela calada, deixar que se enfraqueçam e se esgotem mutuamente, e depois, quando estiverem suficientemente enfraquecidos, aparecer em cena com forças frescas, intervir, naturalmente, “no interesse da paz”, e ditar aos beligerantes enfraquecidos as suas condições.»³²

Nos círculos democráticos de vários países, incluindo nos Estados Unidos da América, na Grã-Bretanha e na França, o acordo de Munique foi recebido com indignação e firme condenação. A atitude destes círculos para com a traição dos governantes anglo-franceses em Munique pode ser avaliada, mais que não seja, pelo livro de Sayers e Kahn, *A Grande Conspiração, A Guerra Secreta Contra a Rússia Soviética*, publicado nos EUA. Veja-se o que escreveram os autores deste livro sobre Munique:

«Os governos da Alemanha nazi, da Itália fascista, da Grã-Bretanha e da França assinaram o acordo de Munique: realizou-se o sonho da “Santa Aliança” anti-soviética acariciado pela reacção mundial desde 1918. O acordo deixou a Rússia sem aliados. O tratado franco-soviético - pedra angular da segurança colectiva na Europa - foi enterrado. Os sudetas checoslovacos tornaram-se parte da Alemanha nazi. As portas do Leste abriram-se para as hordas hitlerianas.»³³

De todas as grandes potências, só a União Soviética, em todas as fases da tragédia checoslovaca, interveio activamente em defesa da independência e dos direitos nacionais da Checoslováquia. Tentando justificar-se aos olhos da opinião pública, os governos da Grã-Bretanha e da França declararam hipocritamente que não estavam certos de que a União Soviética cumpriria as suas obrigações perante a Checoslováquia, que decorriam do tratado de ajuda mútua. Tratou-se de uma mentira descarada uma vez que a União Soviética havia declarado publicamente a sua disposição de intervir contra a Alemanha em defesa da Checoslováquia, em conformidade com as disposições do tratado que exigia a intervenção simultânea da França em defesa da Checoslováquia. Mas a França recusou cumprir o seu dever.

Apesar disso, nas vésperas da negociata de Munique, o governo soviético voltou a pronunciar-se a favor da convocação de uma conferência internacional para prestar auxílio à Checoslováquia e adoptar medidas práticas para a preservação da paz.

³² Idem, ibidem, p. 297. (N. Ed.)

³³ Sayers e Kahn, *The Great Conspiracy - The Secret War Against Soviet Russia*, Boston, 1946, pp.324-325.

Quando a ocupação da Checoslováquia se tornou um facto, e os governos imperialistas, um após outro, reconheceram esse facto consumado, a União Soviética, numa nota de 18 de Março, qualificou a anexação da Checoslováquia, realizada pela Alemanha nazi com a cumplicidade da Grã-Bretanha e da França, como um acto arbitrário, uma violência e uma agressão. Na mesma nota, o governo soviético sublinhou que as acções da Alemanha tinham criado e aumentado a ameaça à paz mundial:

*«Perturbaram a estabilidade política na Europa Central, intensificaram os elementos de alarme já antes criados na Europa e assestaram um novo golpe no sentimento de segurança dos povos».*³⁴

Mas o caso não se limitou à entrega da Checoslováquia a Hitler. Os governos da Grã-Bretanha e da França apressaram-se, ao desafio, a assinar amplos acordos políticos com a Alemanha de Hitler. Em 30 de Setembro de 1938, em Munique, Chamberlain e Hitler assinaram uma declaração anglo-germânica, em que se afirmava:

*«Continuámos hoje a nossa conversa e chegamos unanimemente à convicção de que as relações anglo-germânicas têm uma importância primordial quer para ambos os países quer para a Europa. Consideramos que o acordo assinado ontem à noite e o acordo naval anglo-germânico simbolizam o desejo dos nossos povos de nunca mais entrarem em guerra um contra o outro. Estamos firmemente decididos a examinar outros assuntos, respeitantes a ambos os países, através de consultas, e aspiramos a superar quaisquer motivos de divergência, de modo a contribuir para a garantia da paz na Europa».*³⁵

Esta foi a declaração de não agressão mútua por parte da Grã-Bretanha e da Alemanha.

Uma declaração semelhante franco-germânica foi assinada por Bonnet e Ribbentrop no dia 6 de Dezembro de 1938. Nela afirmava-se que os governos alemão e francês tinham chegado unanimemente à convicção de que as relações pacíficas e de boa vizinhança entre a Alemanha e a França constituíam uma das condições essenciais para a consolidação das relações na Europa e preservação da paz mundial e que ambos os governos envidariam todos os esforços para garantir a manutenção de tais relações entre os seus países. A declaração constatava que entre a França e a Alemanha tinham deixado de existir litígios territoriais e que a fronteira existente entre os dois países era definitiva. A declaração concluía afirmando que ambos os governos estavam firmemente decididos, independentemente das suas relações particulares com terceiros países, a manter

³⁴ *Izvéstia*, 20 de Março de 1939.

³⁵ «Archiv für Aussenpolitik und Landerkunde», Setembro, 1938, (Arquivo de Política Externa e de Estudos Geográficos) p. 483.

contactos mútuos em todas as questões respeitantes aos seus países e a consultar-se entre si, caso essas questões pudessem vir a ter desenvolvimentos que complicassem a situação internacional.

Esta foi uma declaração de não agressão mútua entre a França e a Alemanha.

Na sua essência, estes acordos significaram que tanto a Grã-Bretanha como a França assinaram com Hitler pactos de não agressão.

Estes acordos com a Alemanha de Hitler revelam com toda a clareza o propósito dos governos britânico e francês de afastarem de si a ameaça da agressão hitleriana, contando que os pactos de Munique e outros semelhantes teriam já aberto as portas para a agressão hitleriana a Leste, em direcção à União Soviética.

Deste modo foram criadas as condições políticas necessárias para a «união da Europa sem a Rússia».

Tinha-se chegado ao total isolamento da União Soviética.

III

O isolamento da União Soviética.

O pacto de germano-soviético de não agressão

Depois da anexação da Checoslováquia, a Alemanha fascista começou a preparar-se para a guerra de modo completamente aberto, à vista do mundo inteiro. Hitler, incentivado pela Inglaterra e pela França, deixou-se de cerimónias e fingimentos com os partidários da solução pacífica dos problemas europeus. Começaram os meses mais dramáticos do período que precedeu a guerra. Tornou-se logo claro que a humanidade se aproximava a cada dia de uma catástrofe militar inaudita.

Qual foi, por um lado, a política da União Soviética e, por outro, a política da Grã-Bretanha e da França?

A tentativa de fugir a esta pergunta por parte dos falsificadores da história nos EUA é um testemunho da sua consciência pesada.

A verdade é que a Grã-Bretanha e a França, com o apoio dos círculos dirigentes dos EUA, mantiveram a anterior linha política funesta, inclusive no período da Primavera e Verão de 1939, quando se estava no limiar da guerra. Foi uma política provocatória de aqulamento da Alemanha nazi contra a União Soviética, camuflada não só com frases farisaicas manifestando disponibilidade para cooperar com a URSS, mas também com algumas manobras diplomática banais, destinadas a esconder da opinião pública o verdadeiro carácter do rumo político que estavam a seguir.

A mais importante dessas manobras foram as conversações que a Grã-Bretanha e a França decidiram entabular com a União Soviética. Para enganarem a opinião pública, os círculos dirigentes anglo-franceses tentaram apresentar estas conversações como uma tentativa séria de obstaculizar a propagação da agressão nazi. Todavia, à luz do curso ulterior dos acontecimentos, tornou-se totalmente claro que, para os britânicos e franceses, desde o começo, estas conversações não passavam da continuação do seu jogo duplo.

Isto era também claro aos olhos dos dirigentes da Alemanha de Hitler, para quem o significado das conversações entabuladas pela Grã-Bretanha e França com a União Soviética não constituía, naturalmente, nenhum segredo. Veja-se, por

exemplo, o que escreveu a propósito disto Dirksen, embaixador alemão em Londres, em 3 de Agosto de 1939, segundo consta nos documentos confiscados pelo Exército Soviético no momento da derrota da Alemanha nazi:

«Aqui, a impressão predominante é a de que as ligações surgidas nos últimos meses com outros estados constituem apenas um meio auxiliar para uma verdadeira reconciliação com a Alemanha, e que estas ligações cairão logo que for alcançado o único objectivo importante e digno de esforço: o acordo com a Alemanha.»

Todos os diplomatas alemães que seguiam a situação em Londres partilhavam firmemente esta opinião.

Noutro dos seus relatórios secretos enviados para Berlim, Dirksen escreveu:

«A Inglaterra pretende reforçar-se por meio do armamento e da aquisição de aliados e equiparar-se ao Eixo, mas ao mesmo tempo pretende chegar por via das negociações a um acordo amistoso com a Alemanha.»³⁶

Os caluniadores e falsificadores da história procuram ocultar estes documentos porque eles lançam uma luz brilhante sobre a conjuntura dos últimos meses antes da guerra, sem uma avaliação correcta dos quais não é possível compreender a verdadeira história da guerra. Ao entabularem conversações com a União Soviética, e oferecendo garantias à Polónia, Roménia e a alguns outros estados, a Grã-Bretanha e a França, com o apoio dos EUA, faziam um jogo duplo, apostando num acordo com a Alemanha de Hitler, com o fim de dirigir a sua agressão para Leste, contra a União Soviética.

As conversações com a Grã-Bretanha e França de um lado e a União Soviética do outro começaram em Março de 1939 prolongando-se durante cerca de quatro meses.

Todo o curso das conversações mostrou com total evidência que enquanto a União Soviética aspirava alcançar um amplo e equitativo acordo com as potências ocidentais, capaz pelo menos de no último momento impedir a Alemanha de desencadear a guerra na Europa, os governos da Grã Bretanha e da França, com o apoio dos Estados Unidos, tinham objectivos totalmente diferentes. Os círculos dirigentes anglo-franceses, habituados a tirarem as castanhas das brasas com a pata do gato, também desta vez tentaram impingir tais obrigações à União Soviética que recairia sobre ela todo o fardo dos sacrifícios necessários para repelir uma possível agressão de Hitler, enquanto a Grã-Bretanha e a França não assumiam quaisquer obrigações para com a União Soviética.

Se os dirigentes anglo-franceses tivessem tido êxito nesta manobra, teriam ficado muito perto de realizar o seu objectivo principal, que consistia em lançar a Alemanha e a União Soviética uma contra a outra, o mais rapidamente possível. No entanto, o governo soviético apercebeu-se desta intenção e em todas as fases das conversações contrapôs aos truques e habilidades diplomáticas as suas propostas

³⁶ Nota de Dirksen: «Sobre o desenvolvimento das relações políticas entre a Alemanha e a Grã-Bretanha durante a minha missão de serviço em Londres», Setembro de 1939.

claras e abertas, que apenas visavam servir um único fim: a causa da defesa da paz na Europa.

Não é necessário lembrar todas as peripécias destas conversações. Cabe avivar a memória apenas de alguns dos momentos mais importantes. É suficiente recordar as condições que foram apresentadas pelo governo soviético nestas conversações: a conclusão entre a Grã-Bretanha, a França e a URSS de um tratado de efectiva assistência mútua contra a agressão; a garantia de segurança por parte da Grã-Bretanha, França e URSS aos estados da Europa central e de Leste, incluindo todos os estados europeus fronteiriços com a URSS sem excepção; a conclusão de um acordo militar concreto entre a Grã-Bretanha, França e URSS sobre as formas e limites da imediata assistência efectiva mútua e aos estados protegidos em caso de ataque dos agressores.³⁷

Na 3.^a Sessão do Soviete Supremo da URSS, em 31 de Maio de 1939, V.M. Mólotov assinalou que certas propostas anglo-francesas, apresentadas durante estas conversações, não respeitavam nenhum dos princípios elementares de reciprocidade e igualdade de obrigações, indispensáveis em qualquer acordo equitativo. A este propósito Mólotov afirmou:

«Salvaguardando-se a si próprios de um ataque directo através de pactos de assistência mútua entre ambos e com a Polónia, e assegurando a assistência da URSS em caso de ataque dos agressores à Polónia e à Roménia, os ingleses e franceses deixaram em aberto a questão: poderá a URSS por sua vez contar com a assistência por parte deles no caso de sofrer um ataque directo dos agressores? Da mesma forma que deixaram em aberto outra questão: poderão eles participar na protecção dos pequenos estados vizinhos da URSS, junto à fronteira Noroeste da URSS, se estes países se revelarem incapazes de defender a sua neutralidade face ao ataque dos agressores? Concluiu-se deste modo que a URSS ficaria numa posição desigual».

Mesmo quando os representantes anglo-franceses concordaram verbalmente com o princípio da assistência mútua entre a Grã-Bretanha, França e URSS, ao tratar-se das condições dessa assistência, no caso de um ataque directo do agressor, colocaram tantas restrições que transformavam o acordo numa ficção.

Além disso, as propostas anglo-francesas previam a assistência por parte da URSS aos países que a Grã-Bretanha e a França tinham prometido protecção, mas nada disseram sobre a assistência da sua parte aos países da fronteira Noroeste da URSS, os estados do Báltico, no caso de sofrerem um ataque do agressor.

Partindo das considerações atrás expostas, V.M. Mólotov declarou que a União Soviética não podia assumir obrigações em relação a determinados países sem que fossem dadas as mesmas garantias aos países limítrofes com a fronteira Noroeste da União Soviética.

³⁷ Informe de Mólotov à 3.^a Sessão do Soviete Supremo da URSS, 31 de Maio de 1939.

Deve-se ainda recordar que quando o embaixador britânico em Moscovo, Seeds, em 18 de Março de 1939, perguntou ao comissário do povo dos Negócios Estrangeiros qual seria a posição da União Soviética no caso de uma agressão nazi contra a Roménia, de cuja preparação os britânicos dispunha de informações, e quando o lado soviético retorquiu indagando qual seria a posição da Grã-Bretanha numa circunstância dessas, Seeds, fugiu à pergunta, observando que a Roménia está geograficamente mais próxima da União Soviética do que da Inglaterra.

Deste modo, desde o primeiro momento, tornou-se evidente o desejo dos círculos dirigentes britânicos de vincular a União Soviética a determinadas obrigações, mantendo-se eles à margem. Este estratagema torpe foi depois utilizado sistematicamente, repetindo-se sempre ao longo das conversações.

Em resposta à pergunta britânica, a União Soviética apresentou a proposta de convocar uma conferência de representantes dos estados mais interessados, nomeadamente: Grã-Bretanha, França, Roménia, Polónia, Turquia e União Soviética. Na opinião do governo soviético tal conferência permitiria esclarecer a situação existente e definir as posições de todos os participantes. Porém, o governo britânico respondeu dizendo que considerava a proposta soviética prematura.

Em vez de se convocar a conferência, que tornaria possível chegar a acordo sobre medidas concretas de luta contra a agressão, o governo britânico propôs ao governo soviético, em 21 de Março de 1939, a assinatura conjunta, incluindo também a França e a Polónia, de uma declaração, na qual os governos subscritores se comprometeriam a «*consultar-se sobre os passos que deveriam ser dados para uma resistência comum*», no caso de ameaça «*à independência de um qualquer Estado europeu*». Pretendendo mostrar o quão aceitável era a sua proposta, o embaixador britânico enfatizou em especial os termos muito pouco comprometedores com que fora redigida a declaração.

Era absolutamente evidente que tal declaração não podia constituir um meio eficaz para afastar a ameaça iminente da agressão. No entanto, acreditando que mesmo uma declaração tão pouco auspiciosa como aquela poderia de algum modo contribuir para refrear o agressor, o governo soviético concordou em adoptar a proposta britânica. Mas logo no dia 1 de Abril de 1939, o embaixador em Moscovo comunicou que a Grã-Bretanha considerava que a questão da declaração conjunta perdera actualidade.

Depois de duas semanas de manobras dilatórias, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Halifax, apresentou uma nova proposta, através do embaixador em Moscovo, segundo a qual o governo soviético deveria fazer uma declaração afirmando que «*em caso de um acto de agressão contra qualquer vizinho europeu da URSS que oponha resistência, poderá contar com o auxílio do governo soviético, se assim o desejar*».

A ideia principal desta proposta visava que, no caso de um acto de agressão da Alemanha contra a Letónia, Lituânia, Estónia ou Finlândia, a União Soviética fosse obrigada a prestar-lhes auxílio, sem nenhum compromisso por parte da Grã-Bretanha, ou seja, enredar-se sozinha numa guerra com Alemanha. No que tocava à Polónia e à Roménia, países aos quais a Grã-Bretanha tinha prometido protecção, seria igualmente a União Soviética a prestar-lhes ajuda contra o agressor. Também neste caso a Grã-Bretanha não queria assumir quaisquer obrigações conjuntas com a URSS, ficando com as mãos livres para todo o tipo de manobras, já sem falar de

que, segundo esta proposta, a Polónia e a Roménia, bem como os estados do Báltico, não contraíam nenhum compromisso em relação à URSS.

No entanto, o governo soviético, que não queria perder nenhuma oportunidade de alcançar acordos com outras potências contra a agressão nazi, apresentou sem demoras a sua contraproposta ao governo britânico. Esta proposta visava, em primeiro lugar, que a União Soviética, a Grã-Bretanha e a França se comprometessem mutuamente a prestar uns aos outros todo o tipo de assistência imediata, incluindo militar, em caso de agressão contra qualquer um destes estados; em segundo lugar, que a União Soviética, a Grã-Bretanha e a França se comprometessem a prestar todo o tipo de assistência, incluindo militar, aos estados da Europa de Leste, situados entre os mares Báltico e Negro e fronteiriços com a União Soviética, em caso de ser alvo de agressão. Em terceiro e último lugar, a União Soviética, a Grã-Bretanha e a França deviam comprometer-se a definir num curto prazo a dimensão e as formas da assistência militar que prestariam a cada um destes estados, nos dois casos atrás referidos.

Estes eram os pontos mais importantes da proposta soviética. Havia uma diferença fundamental entre a proposta soviética e a apresentada pela Grã-Bretanha, uma vez que a primeira continha medidas verdadeiramente eficazes de reacção conjunta à agressão.

Passaram três semanas sem surgir qualquer resposta por parte do governo britânico, o que provocou uma agitação crescente no país e acabou por levar os governantes a inventar mais uma manobra habitual para enganar a opinião pública.

No dia 8 de Maio chegou a resposta britânica ou, mais precisamente, a contraproposta britânica. Voltava a propor que o governo soviético fizesse uma declaração unilateral em que «*se comprometeria, em caso de envolvimento da Grã-Bretanha e da França em acções militares, a cumprir as obrigações por eles assumidas*» (perante a Bélgica, Polónia, Roménia, Grécia e Turquia), e «*prestar assistência imediata, sempre que seja desejável, devendo o tipo e as condições da prestação desta assistência ser matéria de acordo*».

Também esta proposta falava de compromissos unilaterais da União Soviética, que deveria prestar ajuda à Grã-Bretanha e à França, sem que estes países, por sua vez, assumissem quaisquer obrigações em relação aos estados do Báltico. Deste modo, a Grã-Bretanha propunha que a URSS se colocasse numa posição desigual, o que era inaceitável e indigno para qualquer estado independente.

É fácil compreender que, na prática, a proposta britânica era dirigida mais a Berlim, do que propriamente a Moscovo. Ela convidava os alemães a atacar a União Soviética, dando-lhes a entender que a Grã-Bretanha e a França permaneceriam neutrais, desde que o ataque fosse realizado através dos países do Báltico.

No dia 11 de Maio, as conversações complicaram-se ainda mais devido à declaração do embaixador polaco em Moscovo de que «*a Polónia não considerava possível concluir um pacto de ajuda mútua com a URSS*».

Naturalmente que esta declaração do representante polaco não podia ter sido feita sem o conhecimento e consentimento dos círculos dirigentes da Grã-Bretanha e da França.

O comportamento dos representantes britânicos e franceses nas conversações em Moscovo tinha um carácter de tal modo provocador que até políticos do campo das potências ocidentais criticaram severamente este jogo grosseiro. Lloyd George, por exemplo, publicou no jornal francês *Ce Soir* um contundente artigo contra os

mentores da política britânica. Referindo-se às razões da ladainha infundável em que a Grã-Bretanha e a França tinham enredado as conversações com a União Soviética, Lloyd George escreveu que esta pergunta só pode ter uma resposta:

«Neville Chamberlain, Halifax e John Simon não desejam chegar a nenhum acordo com a Rússia.»

Certamente, aquilo que era óbvio para Lloyd George não devia oferecer dúvidas aos líderes da Alemanha de Hitler. Estes compreendiam perfeitamente que as potências ocidentais não pretendiam nenhum acordo sério com a União Soviética, o seu objectivo era outro completamente oposto. Queriam impelir Hitler a atacar o mais rapidamente possível a União Soviética, e como prémio para o fazer criavam as condições mais desfavoráveis à União Soviética no caso de uma guerra contra a Alemanha.

Com esse fito, as potências ocidentais protelavam até ao infinito as conversões com a União Soviética, afundando as questões essenciais num pântano de emendas menores e inumeráveis versões. Sempre que vinham à liça quaisquer compromissos reais, os representantes destas potências faziam-se desentendidos, como se não compreendessem o que se estava a tratar.

No final de Maio, a Grã-Bretanha e a França avançaram com novas propostas que, nalguns aspectos, melhoravam a versão anterior, mas continuava em aberto a questão de suma importância para a URSS das garantias para os três estados bálticos, situados junto à fronteira Noroeste da União Soviética.

Deste modo, fazendo algumas concessões verbais por pressão da opinião pública, os governantes britânicos e franceses permaneceram nas suas posições, pejando as suas propostas com tais cláusulas que as tornavam deliberadamente inaceitáveis para a União Soviética.

O comportamento dos representantes anglo-franceses nas conversações em Moscovo era de tal modo intolerável que V.N. Mólotov se viu obrigado a declarar, em 27 de Maio de 1939, ao embaixador britânico, Seeds, e ao encarregado de Negócios francês, Payart, o projecto de acordo que lhe fora apresentado de reacção conjunta à agressão na Europa não continha um plano de organização de uma efectiva assistência mútua entre a URSS, a Grã-Bretanha e a França e nem sequer manifestava um interesse sério por parte dos governos britânico e francês na celebração de um pacto nesse sentido com a União Soviética. Além disso declarou frontalmente que as propostas anglo-francesas sugerem que os respectivos governos estão mais interessados em que se fale do pacto do que propriamente em assiná-lo. Provavelmente estas conversas eram úteis à Grã-Bretanha e à França para quaisquer outros fins. O governo soviético desconhecia que fins seriam esses e estava interessado não em conversas sobre o pacto, mas na organização de uma verdadeira assistência mútua entre a URSS, a Grã-Bretanha e a França contra a agressão na Europa. Os representantes anglo-franceses foram advertidos de que o governo soviético não tencionava participar em conversas sobre o pacto, cuja finalidade desconhecia, e que os governos britânico e francês podiam encontrar parceiros mais adequados para tais conversas do que a URSS.

As conversações de Moscovo prolongavam-se indefinidamente. As razões desse intolerável protelamento foram reveladas pelo jornal londrino *The Times*, que escreveu: *«Uma rápida e decidida união com a Rússia pode prejudicar outras*

*conversações»*³⁸ O diário referia-se seguramente às conversações entre o ministro britânico do Comércio Externo, Robert Hudson, e o conselheiro económico de Hitler, Helmut Wohltat, sobre a concessão de um empréstimo inglês muito avultado à Alemanha de Hitler, de que adiante se falará.

Além disso, como é sabido, no dia em que o exército nazi entrou em Praga, como noticiou a imprensa, uma delegação da Federação das indústrias britânicas mantinha conversações em Dusseldorf com vista à assinatura de um grande acordo com a indústria alemã.

Significativo é também o facto de a Grã-Bretanha se ter feito representar nas conversações em Moscovo por figuras secundárias, ao mesmo tempo que Chamberlain se deslocou repetidamente à Alemanha para conversações com Hitler. É igualmente importante assinalar que o representante britânico nas conversações com a URSS, William Strang, não tinha poderes para assinar qualquer acordo com a URSS.

Dada a exigência da União Soviética de iniciar negociações concretas sobre medidas para enfrentar uma possível agressão, os governos britânico e francês aceitaram enviar a Moscovo missões militares. No entanto, estas missões não só demoraram imenso a chegar a Moscovo, como depois se constatou que eram constituídas por patentes de segunda ordem sem poderes para concluir qualquer acordo. Nestas condições, as conversações militares revelaram-se tão infrutíferas como as políticas.

As missões militares das potências ocidentais demonstraram logo que não tencionavam discutir seriamente a respeito dos meios de assistência mútua em caso de agressão da Alemanha. A missão soviética salientou que não tendo a URSS fronteira comum com a Alemanha, em caso de a guerra eclodir, apenas poderia prestar assistência à Grã-Bretanha, França e Polónia se as tropas soviéticas pudessem atravessar o território polaco. Porém, o governo polaco tinha declarado que não aceitaria auxílio militar da URSS, mostrando que receava mais o reforço da União Soviética do que a agressão nazi. Tanto a missão britânica como a francesa apoiaram a posição da Polónia.

No decorrer das conversações militares foi ainda colocada a questão da quantidade de tropas que cada parte deveria disponibilizar de imediato em caso de agressão. Os britânicos disseram que poderia avançar com cinco divisões de infantaria e uma divisão mecanizada, o que era um número ridículo, tanto mais que a União Soviética se comprometia a colocar na frente contra o agressor 136 divisões, cinco mil peças de artilharia pesada e média, cerca de dez mil tanques pesados e ligeiros, mais de cinco mil aviões de combate, etc. Por aqui se vê a atitude pouco séria do governo britânico nas negociações militares com a URSS.

Os factos atrás referidos são suficientes para confirmar as conclusões seguintes, que se impõem por si próprias:

1. O governo soviético, demonstrando uma enorme paciência, procurou ao longo das conversações chegar a um acordo de assistência mútua com a Grã-Bretanha e a França contra o agressor, baseado nos princípios da igualdade e na condição de que a assistência mútua seria realmente eficaz, ou seja, que a conclusão de um tratado político seria acompanhado da assinatura de um convénio militar, que

³⁸ Sayers e Kahn, *The Great Conspiracy: The Secret War Against Soviet Russia*, Boston, p. 329.

estabelecesse as dimensões, as formas e os prazos da assistência, uma vez que todo o curso dos acontecimentos tinha mostrado de modo suficientemente claro que só um tal acordo poderia ser eficaz e chamar à razão o agressor nazi, apapricado por uma total impunidade e tolerância por parte das potências ocidentais durante vários anos.

2. O comportamento da Grã-Bretanha e da França durante as conversações com a União Soviética confirmou plenamente que não tencionavam chegar a nenhum acordo com a URSS, uma vez que a política de ambos visava objectivos, que nada tinham em comum com a causa da paz e a luta contra a agressão;

3. O pérfido propósito da política anglo-francesa consistia em dar a entender a Hitler que a URSS não tinha aliados, que estava isolada, e que ele podia atacá-la sem arriscar uma reacção por parte da Grã-Bretanha e da França.

Em vista de tudo isto, não surpreende que as conversações anglo-franco-soviéticas tenham terminado num fracasso.

Este fracasso não foi evidentemente ocasional. Era cada vez mais evidente que a ruptura das conversações tinha sido planeada previamente pelas potências ocidentais como parte do seu jogo duplo. A verdade é que a par de conversações abertas com a URSS, os britânicos mantinham conversações de bastidores com a Alemanha, e atribuíam a estas últimas uma importância incomparavelmente maior.

Se com as conversações com Moscovo os círculos dirigentes das potências ocidentais visavam sobretudo baixar a vigilância da opinião pública e enganar os povos que estavam a ser arrastados para a guerra, já as conversações com os nazis tinham um carácter completamente diferente.

O programa das conversações anglo-germânicas foi enunciado com suficiente clareza pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, Halifax, que lançou apelos inequívocos à Alemanha de Hitler, na mesma altura em que os seus funcionários mantinham conversações em Moscovo. Em 29 de Junho de 1939, no discurso proferido no banquete no *Royal Institute of International Affairs*, Halifax manifestou a disposição para chegar a acordo com a Alemanha sobre todas as questões que «*angustiam todo o mundo*». E acrescentou:

*«Numa nova atmosfera desse tipo poderíamos discutir o problema colonial, a questão das matérias-primas, as barreiras comerciais, o “espaço vital”, a limitação dos armamentos, e qualquer outra questão que afecte a vida de todos os cidadãos europeus».*³⁹

Se nos recordarmos de como o jornal conservador, *Daily Mail*, próximo de Halifax, abordou o problema do «espaço vital» logo em 1933, sugerindo aos hitlerianos que o conquistassem à URSS, não restará a mais pequena dúvida sobre o verdadeiro sentido da declaração de Halifax. Foi uma proposta clara feita à Alemanha de Hitler para chegarem a acordo sobre a partilha do mundo e das esferas de influência e para resolver todas as questões sem a União Soviética e sobretudo à sua custa.

³⁹ *Speeches on Foreign Policy*, by Viscount Halifax, Oxford University Press. Londres, 1940, p. 296.

Logo em Junho de 1939, os representantes da Grã-Bretanha, iniciaram conversações rigorosamente secretas por intermédio de Wohltat, que se deslocou a Londres na qualidade de delegado de Hitler para o plano quadrienal. Mantiveram encontros com ele, o ministro britânico do Comércio Externo, Hudson, e o conselheiro mais próximo de Chamberlain, G. Wilson. O conteúdo destas conversações de Junho permanece por enquanto sepultado nos arquivos diplomáticos secretos. Todavia, em Julho, Wohltat voltou a Londres para retomar as conversações. O conteúdo dessa segunda ronda negocial é hoje conhecido através dos documentos confiscados na Alemanha que estão na posse do governo soviético e que em breve serão divulgados.

Hudson e G. Wilson fizeram a proposta a Wohltat e depois a Dirksen, embaixador da Alemanha em Londres, de entabular conversações secretas com vista à conclusão de um amplo acordo, que incluiria um acordo sobre a partilha de esferas de influência à escala mundial e a eliminação da «*concorrência mortífera nos mercados comuns*». Previa-se conceder à Alemanha uma influência predominante no Sudeste da Europa. No seu relatório ao Ministério alemão dos Negócios Estrangeiros, de 21 de Julho de 1939, Dirksen indicou que o programa discutido por Wohltat e Wilson abrangia questões políticas, militares e económicas. Entre as questões políticas foi dado particular relevo, a par do pacto de não agressão, a um pacto de não intervenção, que deveria incluir a «*delimitação dos espaços vitais entre as grandes potências, sobretudo entre a Inglaterra e a Alemanha*».⁴⁰

Durante a discussão dos problemas relativos à conclusão destes dois pactos, os representantes britânicos prometeram que no caso de ambos os pactos serem assinados, a Grã-Bretanha retiraria as garantias que tinha acabado de dar à Polónia.

Caso os pactos fossem assinados os britânicos estavam ainda dispostos a permitir que os alemães resolvessem a sós com a Polónia o problema de Dantzig e do corredor polaco, comprometendo-se a não interferir nesse processo.

Alem disso, como se prova documentalmente pelos relatórios de Dirksen, que em breve serão publicados, Wilson reiterou que em caso de conclusão dos referidos pactos a política britânica de garantias seria na prática abandonada.

A este propósito, o relatório de Dirksen observa:

«Então, a Polónia ficaria, digamos, sozinha frente a frente com a Alemanha.»

Tudo isto significava que os governantes da Grã-Bretanha estavam dispostos a entregar a Polónia para que Hitler a esquartejasse, ainda mal secara a tinta com que os britânicos haviam assinado as garantias à Polónia.

Além disso, se o acordo anglo-germânico fosse assinado, tal aumentaria a possibilidade de precipitar o conflito entre a Alemanha e a URSS, ou seja, a França e a Grã-Bretanha alcançariam o objectivo que tinham colocado ao iniciarem as negociações com a União Soviética.

Por último, previa-se que o acordo político entre a Grã-Bretanha e a Alemanha fosse completado com acordos económicos, incluindo um pacto secreto que

⁴⁰ «Nota do Embaixador alemão em Inglaterra, Dirksen, de 21 de Julho de 1939», arquivo do Ministério alemão dos Negócios Estrangeiros.

compreendia as questões coloniais, a partilha de matérias-primas e de mercados, bem como um vultuoso empréstimo à Alemanha.

Deste modo, os governantes britânicos entreviam o quadro atraente de um acordo sólido com a Alemanha e a chamada «canalização» da agressão alemã para Leste, contra a Polónia, à qual acabavam de dar garantias, e a União Soviética.

Não surpreende que os caluniadores e falsificadores da história silenciem cuidadosamente e tentem ocultar estes factos, cuja importância é crucial para a compreensão das circunstâncias que estavam a tornar a guerra inevitável.

Nessa altura já não podia haver quaisquer dúvidas de que a Grã-Bretanha e a França não só não tinham intenção de empreender qualquer iniciativa para impedir Hitler de desencadear a guerra, como, pelo contrário, estavam a fazer tudo o que podiam para, mediante conluios e acordos secretos, mediante todo o tipo de provocações, açular a Alemanha nazi contra a União Soviética.

Nenhum falsificador conseguirá apagar da história nem da consciência dos povos o facto crucial de que, naquelas condições, a União Soviética só tinha duas alternativas:

– Ou aceitava em nome da sua autodefesa a proposta feita pela Alemanha de assinar um pacto de não agressão, assegurando assim o prolongamento da paz durante um certo tempo, que o Estado soviético utilizaria para uma melhor preparação das suas forças para resistir ao provável ataque do agressor;

– Ou recusava a proposta da Alemanha a respeito do pacto de não agressão, permitindo assim que os provocadores da guerra no campo das potências ocidentais arrastassem de imediato a União Soviética para um conflito armado com a Alemanha, numa situação totalmente desfavorável à URSS dado estar numa situação de completo isolamento.

Nestas circunstâncias, o governo soviético viu-se obrigado a optar pela assinatura do pacto de não agressão com a Alemanha.

Esta escolha constituiu um acto clarividente e sábio da política externa soviética na situação então existente. Este passo do governo soviético determinou em grande medida o desfecho favorável da II Guerra Mundial para a União Soviética e para todos os povos amantes da liberdade.

Seria uma calúnia grosseira afirmar que a assinatura do pacto com os nazis fazia parte dos planos da política externa da URSS. Pelo contrário, a URSS sempre aspirou a alcançar um acordo com os estados ocidentais não agressivos, com vista à realização da segurança colectiva na base dos princípios de igualdade, contra os agressores germano-italianos. Mas um acordo é um acto recíproco. E se a URSS estava empenhada num acordo para lutar contra a agressão, a Grã-Bretanha e a França rejeitaram-no sistematicamente, preferindo conduzir uma política de isolamento da URSS, uma política de cedências ao agressor, uma política para dirigir a agressão para Leste, contra a URSS. Os Estados Unidos da América não só não se opuseram a esta política funesta como, pelo contrário, apoiaram-na de todas as formas. No que respeita aos multimilionários americanos, estes continuaram a investir os seus capitais na indústria pesada alemã, a ajudar os alemães a desenvolver a sua indústria militar e a armar, desta forma, a agressão alemã. Era como se arengassem:

*«Combatam senhores europeus, façam bom proveito,
combatam com a ajuda de Deus, enquanto nós, modestos*

multimilionários americanos nos enriqueceremos à custa da vossa guerra, fazendo centenas de milhões de super lucros.»

É óbvio que perante uma tal situação na Europa só restava uma saída à União Soviética: aceitar a proposta alemã de um pacto. Apesar de tudo era a melhor das alternativas possíveis.

Tal como em 1918 a União Soviética se viu forçada a assinar a paz de Brest-Litovsk com os alemães, devido à política hostil das potências ocidentais, também agora, em 1939, 20 anos depois da paz de Brest-Litovsk, a União Soviética via-se forçada a assinar o pacto com os alemães, devido novamente à política hostil da Grã-Bretanha e da França.

Os discursos dos caluniadores de todo o tipo, que alegam que a URSS não deveria ter feito o pacto com os alemães, só podem ser qualificados de ridículos. Por que razão a Polónia tendo como aliados a Grã-Bretanha e a França pôde fazer um pacto de não agressão com os alemães logo em 1934 e a União Soviética, encontrando-se em condições ainda mais desfavoráveis, não o podia fazer em 1939? Por que razão a Inglaterra e a França, que eram as forças dominantes na Europa puderam fazer uma declaração conjunta de não agressão com os alemães em 1938 e a União Soviética, que estava isolada devido à política hostil anglo-francesa, não podia fazer um pacto com os alemães?

Não é um facto que, de todas as potências europeias não agressivas, a União Soviética foi a última a concluir um pacto com os alemães?

É claro que os falsificadores da história e reaccionários da mesma estirpe não se conformam com o facto de a União Soviética ter conseguido habilmente utilizar o pacto soviético-alemão para reforçar a sua defesa; de ter conseguido deslocar as suas fronteiras bem longe para Ocidente e barrar o caminho ao livre avanço da agressão alemã para Leste; com o facto de as tropas nazis serem obrigadas a começar a sua ofensiva não a partir da linha Narva-Minsk-Kiev, mas de uma linha que estava a centenas de quilómetros a Ocidente; com o facto de que a URSS não ficou exangue na Guerra Patriótica, mas saiu dela vitoriosa. Mas essa insatisfação entra já no domínio da raiva impotente dos políticos fracassados.

A raiva destes senhores só pode ser vista como uma demonstração do facto inquestionável de que a política da União Soviética foi e é uma política justa.

IV

A criação da frente «oriental», o ataque alemão à URSS, a coligação anti-hitleriana e a questão das obrigações inter-aliados

Ao assinar o pacto germano-soviético de não agressão, em Agosto de 1939,⁴¹ a União Soviética nunca duvidou sequer por um instante de que, cedo ou tarde, Hitler atacaria a URSS. Esta certeza decorria dos fundamentos da orientação política e militar dos nazis e tinha sido confirmada pela acção prática do governo de Hitler durante todo o período antecedente à guerra.

⁴¹ O documento assinado teve a designação oficial de «Tratado de Não Agressão entre a Alemanha e a União Soviética». (N. Ed.)

Por isso a primeira tarefa do governo soviético consistia em criar uma frente «Leste» contra a agressão nazi, construir uma linha de defesa junto às fronteiras ocidentais da Bielorrússia e da Ucrânia e organizar deste modo uma barreira que impedisse o livre avanço das tropas alemãs para Leste. Para isso era preciso unir a Bielorrússia e a Ucrânia ocidentais, ocupadas pelos *pans* polacos em 1920, à Bielorrússia e à Ucrânia soviéticas, e deslocar tropas soviéticas para estes territórios. Não podia haver demoras neste assunto, uma vez que as mal equipadas tropas polacas vacilavam, o comando e o governo polaco já estavam em fuga e as tropas hitlerianas, se não encontrassem entraves sérios, podiam ocupar os territórios bielorrussos e ucranianos antes da chegada das tropas soviéticas.

Em 17 de Setembro de 1939,⁴² por ordem do governo, as tropas soviéticas atravessaram a fronteira sovieto-polaca anterior à guerra, ocuparam a Bielorrússia e a Ucrânia ocidentais e iniciaram a construção da defesa ao longo da linha ocidental dos territórios ucraniano e bielorrusso. Tratava-se no essencial da mesma linha que ficou conhecida na história como «linha Curzon», estabelecida na Conferência dos Aliados em Versalhes.

Alguns dias depois, o governo soviético assinou tratados de assistência mútua com os estados do Báltico, que previam o acantonamento nos territórios da Estónia, Letónia e Lituânia de guarnições do exército soviético, a preparação de aeródromos e a criação de bases militares navais.

Foram assim criados os alicerces da frente «oriental».

Não era difícil compreender que a criação da frente «oriental» constituía um contributo sério não só para a organização da segurança da URSS, mas também para a causa comum dos estados amantes da paz, que lutavam contra a agressão hitleriana. No entanto, os círculos anglo-franco-americanos, na sua esmagadora maioria, responderam com uma perversa campanha anti-soviética, qualificando este passo do governo soviético como uma agressão.

Contudo, houve também figuras políticas que se mostraram suficientemente perspicazes para compreender o sentido da política soviética e reconhecer a justeza da criação da frente «oriental». Entre estes, o primeiro foi Churchill, na altura ainda Primeiro Lorde do Almirantado, que numa alocução radiofónica, em 1 de Outubro de 1939, depois de uma série de reacções hostis contra a União Soviética, declarou:

«Que os exércitos russos tinham de ficar nesta linha era claramente necessário para a segurança da Rússia contra a ameaça nazi. Em qualquer caso, a linha existe, e a frente oriental foi criada, a qual a Alemanha nazi não se atreve a atacar. Quando o sr. von Ribbentrop foi chamado a Moscovo na semana passada, foi para que se inteirasse do facto, e o aceitasse, de que os nazis deviam pôr termo aos seus planos para os estados bálticos e a Ucrânia.»

Mas se nas fronteiras ocidentais, a uma distância considerável de Moscovo, Minsk e Kíev, a situação era mais ou menos satisfatória no que respeita à segurança

⁴² Recorde-se que as tropas hitlerianas iniciaram a invasão da Polónia no dia 1 de Setembro de 1939, dando por terminada a ocupação do país logo em 6 de Outubro. (N. Ed.)

da URSS, o mesmo não se podia dizer relativamente à sua fronteira Norte. Aqui, a uma distância de apenas 32 quilómetros, estavam as tropas finlandesas, cujo comando, na sua maioria, estava sob as orientações da Alemanha nazi. O governo soviético sabia bem que os elementos fascistas dos círculos dirigentes da Finlândia, estreitamente ligados aos hitlerianos e com grande influência no exército finlandês, aspiravam à conquista de Leningrado. Não se podia considerar fortuito o facto de Halder, chefe do Estado-Maior General do exército hitleriano, se ter deslocado à Finlândia, logo no Verão de 1939, para dar instruções aos chefes superiores do exército finlandês. Dificilmente se podia duvidar de que os círculos governantes finlandeses eram aliados dos hitlerianos e que pretendiam transformar a Finlândia numa praça de armas para a agressão da Alemanha nazi à URSS.

Não surpreende por isso que todas as tentativas da URSS para encontrar uma linguagem comum com o governo da Finlândia a respeito do melhoramento das relações entre os dois países tenham fracassado.

O governo da Finlândia recusou, uma após outra, todas as propostas amistosas do governo soviético, visando garantir a segurança da URSS e, em particular, de Leningrado, apesar de a União Soviética ter ido ao encontro e estar disposta a satisfazer os legítimos interesses da Finlândia.

O governo finlandês recusou a proposta da URSS de deslocar a fronteira no Istmo da Carélia algumas dezenas de quilómetros, não obstante o governo soviético ter concordado em troca ceder à Finlândia um território duas vezes maior na Carélia soviética. O governo finlandês recusou igualmente a proposta da URSS de assinar um tratado de assistência mútua, mostrando com isso que, do lado da Finlândia, a segurança da URSS não estava garantida.

Com estas atitudes hostis e outras semelhantes, bem como acções provocatórias na fronteira soviético-finlandesa, a Finlândia desencadeou a guerra contra a União Soviética.

O resultado da guerra soviético-finlandesa é conhecido. As fronteiras da URSS no Noroeste foram deslocadas, em particular na região de Leningrado, e a segurança da URSS foi reforçada. Isto teve um papel importante na defesa da União Soviética contra a agressão hitleriana, uma vez que assim os nazis e os seus lacaios finlandeses foram obrigados a começar a sua ofensiva no Noroeste da URSS, não nas proximidades de Leningrado, mas a partir de uma linha situada a 150 quilómetros para Noroeste.

No discurso na sessão do Soviete Supremo da URSS, em 29 de Março de 1939, V.M. Mólotov afirmou:

«(...) A União Soviética, tendo derrotado o exército finlandês e dispondo de todas as possibilidades para ocupar a Finlândia, não o fez, nem exigiu nenhuma indemnização pelos gastos militares, como teria feito qualquer outra potência, mas limitou ao mínimo os seus pedidos (...).»

«No Tratado de Paz não visamos quaisquer outros fins para além da garantia da segurança de Leningrado, de Murmansk e do caminho-de-ferro de Murmansk.»

Deve assinalar-se que apesar de toda a política dos círculos governantes finlandeses em relação à URSS aproveitar à Alemanha hitleriana, os representantes

anglo-franceses na Liga das Nações colocaram-se imediatamente do lado do governo finlandês e declararam a URSS como «agressor», aprovaram e apoiaram assim abertamente a guerra iniciada pelos governantes finlandeses contra a União Soviética. A Liga das Nações, que manchara o seu nome pela conivência e estímulo aos agressores japoneses e germano-italianos, votou obedientemente, às ordens dos representantes anglo-franceses, a resolução contra a URSS, «excluindo» ostensivamente a União Soviética da Liga das Nações.

Mas há mais. Na guerra desencadeada pelos reaccionários finlandeses contra a União Soviética, a Inglaterra e a França auxiliaram por todos os meios os militares finlandeses. Os círculos governantes anglo-franceses não cessaram de incitar o governo finlandês a prosseguir as acções militares.

Os governantes anglo-franceses forneceram armamento à Finlândia de forma sistemática e preparavam energicamente o envio de um corpo expedicionário com 100 mil homens para a Finlândia.

Em três meses, transcorridos desde o início da guerra, segundo declarou Chamberlain na Câmara dos Comuns, a Grã-Bretanha entregou à Finlândia 101 aviões, mais de 200 peças de artilharia, centenas de milhares de munições, bombas aéreas e minas antitanque. Na mesma altura, Daladier informou a Câmara dos Deputados de que a França tinha entregue à Finlândia 175 aviões, cerca de 500 peças de artilharia, mais de cinco mil metralhadoras, milhões de munições e granadas de mão e outro material de guerra.

Pode-se ter uma noção completa dos planos que os governos britânico e francês tinham na altura, a partir de um memorando entregue pelos britânicos aos suecos em 2 de Março de 1940, no qual se afirmava:

*«Os governos aliados compreendem que a situação militar da Finlândia está a tornar-se desesperada. Depois de examinarem minuciosamente todas as possibilidades, chegaram à conclusão de que a única forma de prestar uma ajuda eficaz à Finlândia é através do envio de tropas aliadas, e estão dispostos a enviar estas tropas a pedido da Finlândia».*⁴³

Nessa altura, no parlamento britânico, em 19 de Março, Chamberlain declarou o seguinte:

«A preparação do envio das unidades expedicionárias realizou-se com a máxima rapidez, e o exército expedicionário estava pronto para partir no início de Março (...) dois meses antes do prazo fixado pelo marechal de campo Mannerheim para a sua chegada».

Chamberlain acrescentou que o efectivo destas unidades se elevava a 100 mil homens.

Simultaneamente, também o governo francês havia preparado um primeiro corpo expedicionário de 50 mil homens, a enviar para a Finlândia via Narvik.

⁴³ «Nota da Missão Britânica, de 2 de Março de 1940», *Livro Branco* do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Estocolmo, 1947, p.119.

E esta actividade beligerante era desenvolvida num momento em que, na frente contra a Alemanha hitleriana, a Grã-Bretanha e a França não tomaram quaisquer iniciativas, travando assim a chamada «guerra falsa».⁴⁴

Mas o auxílio militar à Finlândia contra a União Soviética era apenas uma parte do plano mais amplo dos imperialistas anglo-franceses.

O já citado *Livro Branco* do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia contém um documento redigido pelo ministro sueco dos Negócios Estrangeiros, Ernest Günther, no qual se afirma:

«O envio deste contingente de tropas fazia parte do plano geral de um ataque contra a União Soviética»

e que este plano

*«começará a ser posto em prática a partir de 15 de Março contra Baku e ainda antes através da Finlândia».*⁴⁵

No seu livro, *De Gaulle, dictateur*, Henri de Kerillis refere-se a este plano nos seguintes termos:

*«Segundo este plano, que me foi resumido em linhas gerais por Paul Reynaud numa breve carta que conservei, um corpo expedicionário motorizado, desembarcando na Finlândia através da Noruega, teria destruído as hordas desorganizadas da Rússia e marchado sobre Leningrado».*⁴⁶

Este plano foi concebido em França por De Gaulle e o general Weygand, que na altura comandava as tropas francesas na Síria e se ufanava de que:

«Com alguns reforços e 200 aviões tomaria o Cáucaso e entraria na Rússia como se fosse manteiga».

É igualmente conhecido o plano de operações militares anglo-francesas contra a URSS, elaborado pelo general Gamelin em 1940, que dedicava uma atenção particular ao bombardeamento de Baku e de Batumi.

Os preparativos dos governantes anglo-franceses com vista a um ataque à URSS avançavam a toda a velocidade. Os estados-maiores gerais da Grã-Bretanha e da França elaboravam com afínco os planos para um tal ataque. Estes senhores, em vez de combater a Alemanha nazi, queriam desencadear a guerra contra a União Soviética.

⁴⁴ «Guerra falsa» é a tradução portuguesa dos termos inglês e francês, respectivamente, *phony war* e *drôle de guerre*, e designa o período iniciado com a declaração de guerra da França e da Grã-Bretanha à Alemanha, em 3 de Setembro de 1939, que terminou com a invasão alemã da França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, em 10 de Maio de 1940, durante o qual as tropas britânicas e francesas não empreenderam nenhuma iniciativa militar contra a Alemanha nazi. (N. Ed.)

⁴⁵ «Notas de Günther para memória, 2 Março de 1940», *Livro Branco* do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia, ed. cit., p.120.

⁴⁶ Henri de Kerillis, *De Gaulle, dictateur*, Montreal, 1945, pp. 363-364.

Mas estes planos não estavam destinados a concretizar-se. Nesta altura, a Finlândia foi derrotada pelas tropas soviéticas e obrigada a capitular, apesar de todos os esforços feitos pela Grã-Bretanha e a França para o impedir.

O tratado de paz soviético-finlandês foi assinado em 12 de Março de 1940.

A defesa da URSS contra uma agressão hitleriana foi deste modo melhorada também no Norte, na região de Leningrado, com o deslocamento da linha defensiva 150 quilómetros para Norte até Viborg, inclusivamente.

Porém, isto não significava que já estivesse concluída a frente «oriental», desde o Mar Báltico até ao Mar Negro. Havia sido concluídos pactos com os estados do Báltico, mas ainda não havia na região tropas soviéticas capazes de assegurar a defesa. A Moldávia e a Bucovina tinham sido formalmente reagrupadas na URSS, mas também aí não havia ainda tropas soviéticas suficientes para garantir a defesa. Em meados de Junho de 1940, as tropas soviéticas entraram na Estónia, Letónia e Lituânia. E em 27 de Junho do mesmo ano fizeram o mesmo na Bucovina e na Moldávia, que tinham sido arrancadas à URSS pela Roménia após a Revolução de Outubro.

Concluiu-se assim a formação da frente «oriental», desde o Mar Báltico até ao Mar Negro, contra uma agressão hitleriana.

Os círculos governantes anglo-franceses, que continuavam a injuriar a URSS tratando-a de agressor por ter criado a frente «oriental», aparentemente não se davam conta de que o surgimento desta frente significava uma mudança radical no desenvolvimento da guerra contra a tirania hitleriana e a favor da vitória da democracia.

Não compreendiam que o que estava em causa não era menosprezar ou não os direitos nacionais da Finlândia, Lituânia, Estónia ou da Polónia, mas impedir a transformação destes países em colónias párias mediante a organização da vitória sobre os nazis.

Não compreendiam que o que estava em causa era erguer uma barreira ao avanço das tropas alemãs em todas as regiões onde tal fosse possível, organizar uma forte defesa para depois passar à contra-ofensiva, derrotar as tropas hitlerianas e assim criar possibilidades para o livre desenvolvimento desses países.

Não compreendiam que não existiam outras vias para assegurar a vitória sobre a agressão hitleriana.

Terá o governo britânico agido correctamente ao estacionar as suas tropas no Egipto durante a guerra, apesar dos protestos dos egípcios e mesmo da resistência de alguns elementos no país? Sim, incontestavelmente. Foi um meio importantíssimo para barrar o caminho da agressão hitleriana em direcção ao canal do Suez, proteger o Egipto de um ataque por parte de Hitler, organizar a vitória sobre Hitler e impedir desse modo a transformação do Egipto numa colónia hitleriana. Só inimigos da democracia ou loucos podem afirmar que as acções do governo britânico neste caso representaram uma agressão.

Terá o governo dos Estados Unidos agido correctamente ao desembarcar as suas tropas em Casablanca, apesar dos protestos dos marroquinos e da resistência armada directa da parte do governo de Pétain em França, cuja autoridade se estendia a Marrocos? Sim, incontestavelmente! Este foi um meio importantíssimo de criar uma base de resistência à agressão alemã nas imediações da Europa ocidental, organizar a vitória sobre as tropas hitlerianas e criar deste modo a possibilidade de libertar a França do jugo colonial hitleriano. Só inimigos da

democracia ou loucos poderiam considerar estas acções das tropas norte-americanas como uma agressão.

Mas o mesmo se deve dizer das acções do governo soviético, que, no Verão de 1940, organizou a frente «oriental» contra a agressão hitleriana, estacionando as suas tropas o mais longe possível de Leningrado, Moscovo ou Kíev. Este foi o único meio de barrar o caminho ao livre avanço das tropas alemãs para Oriente, criar uma forte defesa para depois passar à contra-ofensiva com vista a derrotar, em conjunto com os aliados, o exército hitleriano e impedir, deste modo, a transformação dos países amantes da paz da Europa, nomeadamente a Finlândia, a Estónia, a Letónia, a Lituânia ou a Polónia, em colónias da Alemanha de Hitler. Só inimigos da democracia ou loucos poderiam qualificar estas acções do governo soviético como uma agressão.

Daqui decorre que Chamberlain, Daladier e os respectivos círculos, que qualificaram esta política do governo soviético como uma agressão e organizaram a exclusão da União Soviética da Liga das Nações, agiram como inimigos da democracia ou como loucos.

Daqui decorre ainda que os caluniadores e falsificadores da história, que hoje trabalham em estreita colaboração com os senhores Bevin e Bidault e qualificam a criação da frente «oriental» contra Hitler como uma agressão, agem igualmente como inimigos da democracia ou como loucos.

Que teria acontecido se antes do ataque da Alemanha a URSS não tivesse criado a frente «oriental», situada longe para Ocidente das antigas fronteiras da URSS, se a frente passasse não pela linha de Viborg-Kaunas- Biélostok-Brest-Lvov, mas pela antiga fronteira Leningrado-Narva-Minsk-Kiev?

Isto permitiria que as tropas de Hitler ocupassem uma faixa de território com centenas de quilómetros, aproximando a frente alemã de Leningrado-Moscovo-Minsk-Kíev, aceleraria seriamente o avanço alemão para o interior da URSS, aceleraria a queda de Kíev e da Ucrânia, conduziria à tomada de Moscovo pelos alemães e finlandeses e obrigaria a URSS a passar à defensiva por um longo período, o que permitiria aos alemães libertar umas 50 divisões a Leste para o desembarque nas ilhas britânicas e reforço da frente germano-italiana na região do Egipto. É muito provável que o governo britânico se visse obrigado a exilar-se no Canadá e que o Egipto e o Canal do Suez tivessem caído sob o domínio de Hitler.

Mas isto não é tudo. A fim de reforçar a sua defesa, a URSS seria obrigada a transferir para a frente «oriental» a maior parte das suas tropas estacionadas junto à fronteira com a Manchúria, o que permitiria aos japoneses libertar até 30 divisões na Manchúria, dirigindo-as contra a China, as Filipinas, contra o Sudeste da Ásia em geral – no fim de contas, contra as forças armadas norte-americanas no Extremo-Oriente.

Tudo isto teria levado a que a guerra se prolongasse pelo menos mais dois anos. A II Guerra Mundial teria terminado não em 1945 mas em 1947 ou um pouco mais tarde.

Eram assim as coisas no que toca à questão da frente «oriental».

Entretanto, os acontecimentos no Ocidente seguiam o seu curso. Em Abril de 1940, os alemães ocuparam a Dinamarca e a Noruega. Em meados de Maio as tropas alemãs invadiram a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo. Em 21 de Maio, os alemães alcançaram a Mancha e isolaram os aliados na Flandres. No final de Maio, as tropas britânicas foram evacuadas de Dunquerque, deixaram a França e

dirigiram-se para Inglaterra. Em meados de Junho, Paris caiu. Em 22 de Junho a França capitulou frente à Alemanha.

Deste modo, Hitler espezinhou todas as declarações de não agressão assinadas com a França e com a Grã-Bretanha.

Foi o fracasso total da política de apaziguamento, da política de recusa da segurança colectiva, da política de isolamento da URSS.

Tornou-se claro que, ao isolarem a URSS, a França e a Grã-Bretanha haviam destroçado a frente unida dos países amantes da paz, tinham-se enfraquecido e elas próprias viram-se isoladas.

Em 1 de Março de 1941, os Alemães ocuparam a Bulgária.

Em 5 de Abril, a URSS assinou um pacto de não agressão com a Jugoslávia.

Em 22 de Junho do mesmo ano, a Alemanha atacou a URSS.

A Itália, Roménia, Hungria e a Finlândia entraram na guerra contra a URSS ao lado da Alemanha.

A União Soviética começou uma guerra de libertação contra a Alemanha hitleriana.

A reacção dos diferentes círculos na Europa e nos Estados Unidos a este acontecimento não foi homogénea.

Os povos subjugados por Hitler respiraram aliviados, convencidos de que Hitler quebraria a cerviz entre duas frentes, ocidental e «oriental».

Os círculos governantes da França rejubilaram com a desgraça alheia, não duvidando de que a «Rússia será derrotada» no mais breve espaço de tempo.

O sr. Truman, na altura um proeminente membro do Senado dos Estados Unidos da América, e hoje presidente dos EUA, declarou no dia seguinte ao ataque alemão à URSS:

*«Se virmos que a Alemanha está a vencer, devemos ajudar a Rússia, e se a Rússia estiver a vencer, devemos ajudar a Alemanha, e assim deixemos que se matem tantos quanto possível».*⁴⁷

Uma declaração análoga foi feita na Grã-Bretanha, em 1941, pelo então ministro da Indústria Aeronáutica, Moore-Brabazon, segundo o qual, no que respeitava à Grã-Bretanha, o melhor desfecho dos combates na frente leste seria o esgotamento mútuo da Alemanha e da URSS, o que permitiria à Grã-Bretanha ocupar uma posição dominante.

Estas intervenções traduziam, sem dúvida, as posições dos círculos reaccionários dos EUA e da Grã-Bretanha.

Ao mesmo tempo, a esmagadora maioria dos britânicos e dos norte-americanos estavam a favor da URSS, exigindo a unidade com a União Soviética para a luta vitoriosa contra a Alemanha de Hitler.

⁴⁷ *New York Times*, 24 de Junho de 1941 (em inglês, a frase original de Truman é a seguinte: «If we see that Germany is winning we ought to help Russia and if Russia is winning we ought to help Germany, and that way let them kill as many as possible»). (N. Ed.)

Podemos considerar como um reflexo deste estado de espírito a seguinte declaração do primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Winston Churchill, em 22 de Junho de 1941:

«O perigo que ameaça a Rússia constitui um perigo para nós e para os Estados Unidos, assim como a causa de cada russo que combate pela sua terra e o seu lar constitui a causa de todas as pessoas e povos livres em qualquer parte do mundo».

O governo de Roosevelt tomou uma posição idêntica nos Estados Unidos.

Isto foi o início da coligação anglo-soviético-americana contra a Alemanha de Hitler.

A coligação anti-hitleriana fixou o objectivo de derrotar o regime de Hitler e libertar os povos subjugados pela Alemanha nazi. Apesar das diferenças ideológicas e dos sistemas económicos dos estados aliados, a coligação anglo-soviético-americana tornou-se numa poderosa aliança de povos, que uniram esforços na luta libertadora contra o nazismo.

Naturalmente que mesmo durante a guerra surgiram divergências entre os aliados sobre algumas questões. É conhecida, por exemplo, a importância que tiveram as divergências sobre questões tão relevantes como a abertura da segunda frente, os compromissos dos aliados, o seu dever moral recíproco.

Agarrando-se as estas divergências, os falsificadores da história e todo o tipo de caluniadores procuram «demonstrar», apesar da evidência dos factos, que a URSS não foi e não podia ser um aliado leal e sincero na luta contra a agressão hitleriana. Todavia, como não encontraram qualquer fundamento para essa acusação na luta conjunta contra a Alemanha de Hitler e no comportamento revelado pela URSS, socorrem-se do passado, do período que precedeu a guerra, afirmando que, em 1940, durante as «conversações» com Hitler em Berlim, os representantes da União Soviética tiveram um comportamento desleal, impróprio de um aliado.

Asseveram que durante as «conversações» de Berlim foram discutidos e adoptados perversos «*planos de partilha da Europa*», bem como as reivindicações territoriais soviéticas «*a Sul da URSS em direcção ao Oceano Índico*», planos relativos à Turquia, Irão, Bulgária e outros «problemas». Os caluniadores utilizam para este fim os despachos dos embaixadores alemães e de outros funcionários hitlerianos, todo o tipo de notas e projectos alemães de uns quaisquer «protocolos» e outros «documentos» semelhantes.

O que é que se passou realmente em Berlim? É preciso dizer que as chamadas «conversações de Berlim» em 1940 não foram mais do que uma visita de V.M. Mólotov em retribuição a duas viagens de Ribbentrop a Moscovo. As conversas mantidas incidiram principalmente sobre as relações soviético-germânicas. Hitler empenhou-se em transformá-las numa base para um amplo acordo entre as partes alemã e soviética. Inversamente, a União Soviética utilizou estas conversas para sondar, tactear as posições alemãs, sem nenhuma intenção de concluir qualquer acordo. Nestas conversas, Hitler considerou que a União Soviética devia adquirir uma saída para o Golfo Pérsico, ocupando a parte ocidental do Irão e as explorações petrolíferas dos britânicos neste país. Afirmou de seguida que a Alemanha poderia ajudar a resolver a questão das pretensões soviéticas relativamente à Turquia, chegando inclusivamente a propor a alteração da Convenção de Montreux sobre o

Regime dos Estreitos. Mas enquanto ignorava em absoluto os interesses do Irão, Hitler protegia cuidadosamente os interesses da Turquia, vendo claramente este país como seu aliado actual ou, em todo o caso, futuro. Tanto os países balcânicos como a Turquia eram vistos por Hitler como parte da esfera de influência da Alemanha e da Itália.

Destas conversas, o governo soviético tirou as seguintes conclusões: a Alemanha não valoriza os laços com o Irão; a Alemanha não está ligada nem planeia ligar-se à Grã-Bretanha, o que significa que a União Soviética pode ter na Grã-Bretanha um aliado fiável contra a Alemanha; os estados balcânicos ou já tinham sido comprados e transformados em satélites da Alemanha (Bulgária, Roménia, Hungria), ou subjugados como a Checoslováquia, ou estavam a caminho de o ser à semelhança da Grécia; a Jugoslávia é o único país dos Balcãs que pode contar como futuro aliado do campo anti-hitleriano; a Turquia ou já está estreitamente ligada à Alemanha de Hitler ou tenciona ligar-se a ela.

Depois de ter tirado estas úteis conclusões, o governo soviético não voltou a abordar estas questões noutras conversas, apesar das repetidas menções de Ribbentrop.

Como se vê, tratou-se meramente de uma sondagem das posições do governo de Hitler por parte do governo soviético, que não conduziu nem podia conduzir a qualquer acordo.

Será admissível que um estado amante da paz sonde as posições do inimigo? Certamente que sim. Não só é admissível como, por vezes, constitui uma necessidade política directa. Convém apenas que a sondagem se realize com o conhecimento e o acordo dos aliados e que os seus resultados lhes sejam comunicados. Porém, na altura, a União Soviética não tinha aliados, estava isolada e, infelizmente, não tinham com quem partilhar os resultados da sondagem.

Deve-se assinalar que uma sondagem análoga, ainda que muito suspeita, das posições da Alemanha foi efectuada por representantes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América, já durante a guerra, depois da formação da coligação anti-hitleriana entre a Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e a URSS. É o que se depreende de documentos confiscados pelas tropas soviéticas na Alemanha.

Estes documentos revelam que no Outono de 1941 e também em 1942 e em 1943, decorreram conversações em Lisboa e na Suíça, sem conhecimento da URSS, entre representantes da Grã-Bretanha e da Alemanha, e depois entre representantes dos Estados Unidos e da Alemanha, sobre a questão da assinatura da paz com a Alemanha.

Um desses documentos, anexo ao relatório do vice-ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Weizsäcker, descreve o curso das conversações em Lisboa, em Setembro de 1941, revelando que, no dia 13, se realizou um encontro entre Aitken, filho do Lord Beaverbrook e oficial do exército britânico, mais tarde membro do parlamento, na qualidade de representante da Grã-Bretanha, e o húngaro Gustav von Koeber, por incumbência do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, como se depreende de uma carta de Krauel, cônsul geral da Alemanha em Genebra, enviada a Weizsäcker.

Nestas conversações, Aitken colocou directamente a seguinte questão:

«Seria possível aproveitarmos o próximo Inverno e Primavera para discutirmos confidencialmente as possibilidades de paz?»

Outros documentos referem conversações entre representantes dos governos dos EUA e da Alemanha, em Fevereiro de 1943, na Suíça. Estas conversações foram conduzidas, pela parte dos EUA, por Allen Dulles (irmão de John Foster Dulles), delegado especial do governo norte-americano, identificado com o pseudónimo de «Bull», que tinha «instruções directas e poderes atribuídos pela Casa branca». O seu interlocutor do lado alemão era o príncipe Hohenlohe, próximo dos círculos governantes da Alemanha nazi, que agia na qualidade de representante de Hitler, sob o nome falso de «Pauls». O documento que contém a descrição destas conversações pertencia ao serviço de segurança hitleriano (SD).

Como se pode ler, na conversa foram abordadas importantes questões relativas à Áustria, Checoslováquia, Polónia, Hungria e, o que era particularmente importante, a questão da assinatura da paz com a Alemanha.

Nesta conversa, A. Dulles (Bull) declarou:

«Nunca mais será permitido que povos como o alemão se vejam obrigados a recorrer a experiências e heroísmo desesperados em consequência da injustiça e da miséria. O Estado alemão deve continuar a existir como factor de ordem e reconstrução. A questão da sua divisão ou da separação da Áustria nem sequer se coloca.»

Referindo-se à Polónia, Dulles (Bull) declarou:

«(...) Através da expansão da Polónia para Leste e da conservação da Roménia e de uma Hungria forte, devemos apoiar a criação de um cordão sanitário contra o bolchevismo e o pan-eslavismo».⁴⁸

Mais adiante, no registo da conversa, assinala-se:

«O Sr. Bull está mais ou menos de acordo com a organização política e económica da Europa na base de grandes territórios, considerando que uma grande Alemanha Federal (à semelhança dos EUA), contígua a uma confederação do Danúbio será a melhor forma de garantir a ordem e a reconstrução da Europa central e oriental.»⁴⁹

Dulles (Bull) declarou ainda que reconhecia plenamente as pretensões da indústria alemã a desempenhar um papel liderante na Europa.

Não se pode deixar de salientar que esta sondagem foi efectuada pelos britânicos e norte-americanos sem o conhecimento e acordo do seu aliado, a União Soviética, sendo que o governo soviético não foi informado dos resultados da mesma, nem sequer posteriormente. Isto poderá significar que os governos dos EUA e da Grã-Bretanha tentaram enveredar neste caso pela via das conversações com Hitler sobre uma paz separada.

⁴⁸ «Conversa Pauls-Sr. Bull», dos documentos dos arquivos alemães.

⁴⁹ Idem, ibidem.

É claro que tal conduta dos governos da Grã-Bretanha e dos EUA não pode ser considerado senão como uma violação dos mais elementares deveres e obrigações dos aliados.

Decorre daqui que os falsificadores da história, ao acusarem a URSS de «falta de sinceridade», fazem pagar o justo pelo pecador.

Não pode haver dúvidas de que os falsificadores da história e outros caluniadores conhecem estes documentos. E se os ocultam da opinião pública, omitindo-os na sua campanha caluniadora contra a URSS, é porque temem a verdade histórica como a peste.

No que respeita às divergências sobre a abertura da segunda frente, estas reflectiram os diferentes entendimentos das obrigações dos aliados nas suas relações mútuas. Os soviéticos consideram que quando um aliado se encontra numa situação difícil, deve-se socorrê-lo com todos os meios disponíveis; consideram que se deve tratar um aliado não como um companheiro temporário de viagem, mas como um amigo, cujos êxitos e fortalecimento nos causam alegria. Os representantes britânicos e americanos não concordam com isto e consideram esta moral como uma ingenuidade. Partem do princípio de que um aliado forte é perigoso, que o fortalecimento de um aliado não serve os seus interesses, que é melhor ter um aliado fraco que um forte, e mesmo assim se ele se fortalece então é preciso tomar medidas para o enfraquecer.

É do conhecimento geral que no comunicado conjunto anglo-soviético, tal como no comunicado soviético-norte-americano, em Junho de 1942, os anglo-americanos assumiram o compromisso de abrir a segunda frente na Europa logo em 1942. Tratou-se de uma promessa solene, de um juramento, se quisermos, que devia ser cumprido dentro do prazo a fim de aliviar as tropas da União Soviética, que carregaram no primeiro período da guerra todo o fardo da resistência ao fascismo alemão. Contudo é igualmente conhecido que esta promessa não foi cumprida nem em 1942, nem em 1943, apesar de o governo soviético ter declarado várias vezes que não podia conformar-se com o protelamento da abertura da segunda frente.

A política do protelamento da abertura da segunda frente não foi de modo algum casual. Foi uma política impulsionada pelas aspirações dos círculos reaccionários da Grã-Bretanha e dos EUA, que perseguiram os seus próprios objectivos na guerra contra a Alemanha, os quais nada tinham em comum com os objectivos libertadores da luta contra o fascismo alemão. Nos seus planos não constava a derrota total do fascismo alemão. Partindo dos seus estreitos objectivos egoístas, estavam interessados em minar o poder da Alemanha e, sobretudo, na sua eliminação como perigoso concorrente no mercado mundial. Porém, nas suas intenções não estava de modo algum a libertação da Alemanha e de outros países do domínio das forças reaccionárias, fontes permanentes da agressão imperialista e do fascismo, tal como não previam a realização de reformas democráticas radicais.

Ao mesmo tempo, contavam com o enfraquecimento da URSS, que ficasse exangue em resultado de uma guerra esgotante, perdesse por muito tempo a sua importância como grande potência e caísse, após a guerra, sob a dependência dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

Naturalmente que a União Soviética não pode considerar normais semelhantes atitudes para com um aliado.

A URSS pratica uma política diametralmente oposta nas relações entre aliados. Esta política caracteriza-se invariavelmente pelo cumprimento desinteressado,

consequente e honesto das obrigações que assume, pela disponibilidade permanente de prestar uma ajuda fraterna ao seu aliado. Durante a última guerra, a União Soviética deu exemplos dessa atitude de aliado genuíno para com outros países, camaradas de armas na luta contra o inimigo comum.

Eis um desses exemplos.

Como é conhecido, no final de Dezembro de 1944, as tropas hitlerianas desencadearam uma ofensiva na frente ocidental, na região das Ardenas, rompendo a frente e colocando as tropas anglo-americanas numa situação difícil. Segundo declarações dos aliados, os alemães pretendiam com o ataque na direcção de Liège destroçar o 1.º exército norte-americano, alcançar Anvers, isolar o 9.º exército norte-americano, o 2.º britânico e o 1.º canadiano e obrigar os aliados a um segundo Dunquerque, para colocar a Grã-Bretanha fora da guerra.

Foi nestas circunstâncias que, em 6 de Janeiro de 1945, Winston Churchill enviou a seguinte mensagem a Stáline:

«A batalha a ocidente é muito dura e a todo o momento podem ser exigidas ao Alto-Comando decisões da mais alta importância. Sabe, por experiência pessoal, quanto é angustiada a situação quando tem de defender-se uma frente muito extensa após uma temporária perda de iniciativa. O general Eisenhower deseja e necessita profundamente conhecer, em grande linhas, o que tenciona fazer, dado que isso influirá, naturalmente, nas mais importantes decisões da parte dele e nossas. O nosso enviado, o marechal-chefe da aviação Tedder, teve de aterrar ontem à noite, no Cairo, devido ao mau estado do tempo. Por isso, a sua viagem está muito atrasada mas não, certamente, por culpa vossa. No caso de ele ainda não ter chegado aí, ficaria muito grato se me desse a saber se no mês de Janeiro poderemos contar com uma grande ofensiva russa na frente do Vístula ou noutra ponto, bem como qualquer outro pormenor que me possa fornecer. Não transmitirei essas informações secretas a ninguém, exceptuando o marechal Brooke e o general Eisenhower e mesmo assim sob o mais absoluto segredo. Considero a questão urgente.»

Em 7 de Janeiro de 1945, I.V. Stáline endereçou a Churchill a seguinte resposta:

«Recebi dia 7 de Janeiro à noite a sua mensagem de 6 de Janeiro de 1945.

Infelizmente, o marechal-chefe, sr. Tedder, ainda não chegou a Moscovo.

É extremamente importante aproveitarmos a superioridade que temos sobre os alemães em artilharia e aviação. Para este efeito precisamos de tempo limpo para a aviação e da ausência

de nevoeiros baixos que impedem a artilharia de realizar fogo de precisão. Estamos a preparar uma ofensiva, mas agora o tempo não nos é favorável. No entanto, tendo em conta a situação dos nossos aliados na frente ocidental, o Quartel-General decidiu concluir os preparativos a ritmo acelerado e, independentemente das condições atmosféricas, iniciar amplas operações ofensivas contra os alemães ao longo de toda a frente central, o mais tarde na segunda metade de Janeiro. Esteja certo de que faremos tudo o que for possível para apoiar as nossas gloriosas tropas aliadas».

Na sua resposta à mensagem de I.V. Stáline, W. Churchill escreveu em 9 de Janeiro:

«Estou-lhe muito grato pela sua tocante mensagem. Remeti-a ao general Eisenhower como mensagem altamente secreta. Possa a melhor das fortunas ajudar a vossa nobre empresa.»

Desejoso de acelerar o auxílio às tropas aliadas no Ocidente, o comandante supremo das tropas soviéticas decidiu antecipar a data da ofensiva contra os alemães na frente soviético-germânica de 20 para 12 de Janeiro. No dia 12 de Janeiro iniciou-se uma grande ofensiva das tropas soviéticas na extensa frente desde o Mar Báltico até aos Cárpatos. Entraram em acção 150 divisões soviéticas munidas de uma grande quantidade de artilharia e de aviação, que romperam a frente alemã e fizeram recuar as tropas nazis centenas de quilómetros.

Em 12 de Janeiro, as tropas alemãs na frente ocidental, designadamente os 5.º e 6.º exércitos blindados, que se preparavam para um novo ataque, foram retirados da frente e transferidos para Leste, contra as tropas soviéticas. A ofensiva das tropas alemãs frustrou-se.

Em 17 de Janeiro de 1945. W. Churchill escreveu a Stáline:

«Estou muito grato pela sua mensagem e sinto-me particularmente satisfeito por o marechal Tedder lhe ter causado tão favorável impressão.

Em nome do Governo de Sua Majestade e em meu nome pessoal, apresento-lhe os nossos agradecimentos e as nossas vivas felicitações pela grandiosa ofensiva que desencadeou na frente oriental.

Conhece agora, sem dúvida, os planos do general Eisenhower e sabe de que forma foram retardados pelo ataque destruidor de Rundstedt.

Estou certo de que a batalha sobre toda a nossa frente não terá tréguas.

Todo o 21.º Grupo de Exército britânico, sob o comando do marechal Montgomery, iniciou um ataque na zona a Sul de Roermund.»

Numa ordem do dia às tropas soviéticas, emitida em Fevereiro de 1945, I.V. Stáline referiu-se a esta ofensiva nos termos seguintes:

«Em Janeiro do presente ano, o Exército Vermelho assestou sobre o inimigo um golpe com uma força sem precedentes ao longo de toda a frente, desde o Báltico aos Cárpatos. Rompeu, numa extensão de 1200 quilómetros, a poderosa defesa dos alemães, que tinha sido construída ao longo de vários anos. No decurso da ofensiva, o Exército Vermelho, com operações rápidas e hábeis, repeliu o inimigo para longe a Ocidente.

Os êxitos da nossa ofensiva de Inverno tiveram antes de tudo como resultado fazer frustrar a ofensiva dos alemães no Ocidente, que tinham como objectivo tomar a Bélgica e a Alsácia, e permitiram aos exércitos nossos aliados de, por sua vez, passar à ofensiva contra os alemães e assim conjugar as suas operações ofensivas a Ocidente com as operações ofensivas do Exército Vermelho a Leste.»

Era assim que I.V. Stáline agia.

É assim que agem os aliados genuínos numa luta comum.

São estes os factos.

Naturalmente, os falsificadores da história e os caluniadores não têm qualquer respeito pelos factos, precisamente por isso são chamados de falsificadores e caluniadores. Preferem lidar com boatos e calúnias. Mas não há nenhuma razão para duvidar de que, no final, estes senhores terão de reconhecer a verdade universalmente conhecida de que os boatos e as calúnias passam, mas os factos persistem.

Bureau Soviético de Informação